

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – RELAÇÕES PÚBLICAS**

AMANDA BORN

**O CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO NA ESFERA LEGISLATIVA:
ANÁLISE DAS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA
MARIA - RS**

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

AMANDA BORN

**O CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO NA ESFERA LEGISLATIVA:
ANÁLISE DAS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA
MARIA - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social – Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas**.

Orientador(a): Prof.^a Jaqueline Quincozes da Silva Kegler

Santa Maria, RS, Brasil
2015

AMANDA BORN

**O CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO NA ESFERA LEGISLATIVA:
ANÁLISE DAS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA
MARIA - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Comunicação Social – Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Comunicação Social – Relações Públicas**.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Jaqueline Quincozes da Silva Kegler, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. (UFSM)

Ana Cássia Pandolfo Flores, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 18 de dezembro de 2015.

Aos meus pais,
com amor.

AGRADECIMENTOS

A palavra é gratidão. Pelas descobertas, pelas novas experiências, pelas alegrias, pelas dificuldades, pelo crescimento, pelo amadurecimento.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus com a certeza de que sem Ele absolutamente nada disto seria possível.

À minha família, pelo suporte e amor de sempre. Vocês sempre foram meu incentivo. Em especial aos meus pais, Braulio e Magda, pela dedicação e pelo apoio.

Aos amigos, de perto e de longe, de curta ou de longa data. Vocês foram essenciais para essa conquista.

Aos colegas de curso, pela convivência, pela amizade, pelos momentos de alegria e diversão, e pela certeza de que, apesar de tudo, a saudade fica. Em especial ao Igor, Greice, Paola e Amanda. Vocês ficarão pra sempre comigo.

Aos professores dos Cursos de Comunicação Social, por todo o conhecimento recebido. Vocês foram nossos mestres, nossos amigos e nossos exemplos.

À Universidade Federal de Santa Maria por me proporcionar oportunidades únicas de crescimento profissional e pessoal.

Aos colegas da ONG Infância-Ação, em especial do Núcleo de Comunicação, onde tive os primeiros contatos com a prática das Relações Públicas e onde aprendi a fazer comunicação com amor.

Às demais organizações que possibilitaram o aprendizado prático da profissão e trouxeram amizades que ficam: o Curso de Licenciatura em Teatro da UFSM, a Assessoria de Relações Públicas da FACOS e a Assessoria de Comunicação e Marketing da Sicredi Região Centro.

À Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, em especial à Alexandra, pela receptividade e disponibilidade de sempre. Sem isso, esta pesquisa não teria sido possível.

À querida professora Jaqueline Kegler, pela amizade e pelos ricos ensinamentos proporcionados durante todo o Curso, nas disciplinas curriculares e nas oportunidades de trabalho conjunto.

RESUMO

AUTORA: AMANDA BORN
ORIENTADORA: PROF.^a DR.^a JAQUELINE Q. DA SILVA KEGLER
Data e Local de Defesa: Santa Maria, 18 de dezembro de 2015

Este trabalho tem como tema central o cerimonial e sua associação com os conceitos de poder simbólico (BOURDIEU, 2011) e visibilidade (THOMPSON, 2011), mais especificamente o cerimonial como plataforma de visibilidade em busca de poder (simbólico) pelos agentes políticos em eventos da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS. Nosso objetivo principal foi analisar como o cerimonial legislativo municipal pode ser permeado pela busca e pelo exercício de visibilidade e poder simbólico nas Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria e, assim, constituindo-se como uma estratégia comunicacional para além de operações e organização de ordem de precedência em momento solene. Para este estudo, temos como pressuposto teórico fundamental o cerimonial como algo capaz de comunicar e construir sentidos, especialmente em razão da visibilidade e do destaque que concede a determinados elementos ou indivíduos. Tal visibilidade é utilizada como forma de poder simbólico, uma vez que possibilita aos indivíduos construir seu sentido imediato de mundo (BOURDIEU, 2011). Desta forma, estamos contribuindo para uma reflexão acerca do cerimonial além da técnica, pensando-o a partir das subjetividades, disputas e sentidos envolvidos. Para a realização desta pesquisa, utilizamos a metodologia de triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007), que consiste na combinação de técnicas distintas para a análise de um mesmo objeto ou fenômeno. Por meio da análise teórico-empírica do nosso corpus de pesquisa – cinco Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria – pudemos perceber que o cerimonial é permeado por uma série de elementos subjetivos que, juntos, conferem a ele um potencial estratégico e de legitimação. Por isso, consideramos que o cerimonial, pensado a partir dos conceitos de visibilidade e poder simbólico, pode ser compreendido para além da questão operacional.

Palavras-Chave: Cerimonial; Poder Simbólico; Visibilidade; Legislativo.

ABSTRACT

AUTHOR: AMANDA BORN

ADVISER: PROF.^a DR.^a JAQUELINE Q. DA SILVA KEGLER

Place and Date of Presentation: Santa Maria: December 18th, 2015.

This paper has as the main topic the ceremonial and its connection with the concepts of symbolic power (BOURDIEU, 2011) and visibility (THOMPSON, 2011), specifically the ceremonial as a platform of visibility chasing (symbolic) power by the politic agents in events of Santa Maria City Council, at Rio Grande do Sul, Brazil. Our main goal was analyze how the municipal legislative ceremonial can be permeated by the chase and by the practice of visibility and symbolic power at the Solemn Sessions of Santa Maria City Council and, by then, being a communicational strategy that goes beyond operations and organization of precedence at a solemn moment. To this research we have as fundamental theorist conjecture the ceremonial as something that can be able of communicate and construct senses, especially due to the visibility and the highlight that are over certain elements and people. This visibility is used as a form of symbolic power because enable the people to build their own immediate sense of the world (BOURDIEU, 2011). That way, we are contributing to a reflection about the ceremonial past the technique, understanding it based on the wrapped subjectivities, controversies and senses. To this research we use the data triangulation method (GOLDENBERG, 2007), that is the combination of three different techniques to analyze the same object or phenomenon. By way of the theoretical and empirical analysis of our research corpus – five Solemn Sessions of the Santa Maria City Council – we could realize that the ceremonial is pervaded by a series of subjective elements which, joined, attribute it to a strategic potential and possible power of legitimation. For that reason, we consider that when the ceremonial is thought from concepts of visibility and symbolic power it could be understand beyond operational points.

Key Words: Ceremonial; symbolic power; visibility; legislative.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 PODER SIMBÓLICO E VISIBILIDADE	13
1.1 O CONCEITO DE PODER	13
1.2 O PODER SIMBÓLICO DE PIERRE BOURDIEU	15
1.3 VISIBILIDADE	20
1.4 VISIBILIDADE E PODER	27
2. O CERIMONIAL COMO FORMA DE PODER SIMBÓLICO	30
2.1 O CERIMONIAL: CONCEITOS E HISTÓRIA	30
2.2 CERIMONIAL PÚBLICO NO PODER LEGISLATIVO	37
2.3 CERIMONIAL: ENTRE O SOCIAL E O TÉCNICO	43
2.4 O CERIMONIAL COMO FORMA DE VISIBILIDADE E PODER SIMBÓLICO	47
3. CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO: ANÁLISE DAS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA	50
3.1 DESCRIÇÃO DO CASO: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA	50
3.1.1 O Poder Legislativo Brasileiro	51
3.1.2 A Câmara de Vereadores de Santa Maria	52
3.1.3 Assessoria de Comunicação da Câmara	52
3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA	53
3.3 AS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE	56
3.3.1 As Sessões Solenes a partir da pesquisa documental e da observação	57
3.3.2 O cerimonial sob a perspectiva do relações-públicas do Legislativo Municipal ...	63
3.3.3 O cerimonial legislativo como forma de visibilidade e poder simbólico	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICES	85

INTRODUÇÃO

O cerimonial é uma atividade que faz parte do dia a dia da maioria das organizações, especialmente as públicas. Na maioria dos casos, será o profissional de Relações Públicas o responsável por gerenciar o cerimonial, dirigindo e coordenando eventos e solenidades promovidos pelas instituições. Mesmo quando não seja este profissional o encarregado, trata-se de uma área relevante para as Relações Públicas, tanto para a conquista de novos cargos ou, ainda, como mais um meio de buscar o relacionamento e a comunicação efetiva e estratégica com os públicos de interesse das organizações.

Este estudo tem como tema o cerimonial e sua associação com os conceitos de poder simbólico (BOURDIEU, 2011) e visibilidade (THOMPSON, 2011). Mais especificamente, o cerimonial como plataforma de visibilidade em busca de poder (simbólico) pelos agentes políticos¹ em Sessões Solenes da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria/RS.

O cerimonial refere-se às formas comuns, ou seja, o conjunto de formalidades que devem ser seguidas e respeitadas em atos públicos e solenes. É o roteiro do evento, incluindo hierarquia, ordem, respeito, bom senso e simplicidade (LUZ, 2005).

Para Luz (2005, p. 3) em consequência do crescente número de facilidades modernas, como as tecnologias de informação e comunicação, o desenvolvimento dos meios de transporte, entre outras, aumenta cada vez mais o interesse das pessoas em reunir-se, estreitar relações, trocar conhecimentos, realizar acordos em negociações. Todos estes encontros ocorrem em eventos dos mais diversos tipos, seja em âmbito regional, nacional ou internacional. Surge, então, a necessidade de desenvolver e intensificar as normas de cerimonial e protocolo, inerentes a este tipo de reunião, de maneira que haja uma perfeita composição, para que tudo se realize dentro de princípios de ordem, harmonia e estética.

Mas, a partir de nossa vivência com o trabalho de eventos², pode-se dizer que um cerimonial envolve questões que vão além de formalidades e de normas pré-estabelecidas e seguidas com rigor. Um cerimonial está permeado de vaidades, desejo de reconhecimento e busca por um lugar de destaque por parte das autoridades que o compõem. Muitas vezes, o anseio por visibilidade e pelo poder da palavra manifesta-se em “quebras” de protocolo e das

¹ O termo “agentes políticos”, neste trabalho, será utilizado como sinônimo, englobando todas as autoridades e indivíduos envolvidos nas Sessões Solenes que compõem o corpus de pesquisa.

² Durante os quatro anos do Curso de Graduação em Relações Públicas, trabalhamos na organização de diversos eventos, participando da elaboração e execução de cerca de 20 cerimoniais, incluindo eventos de nível local, regional e internacional, internos ou externos à Universidade. Os cerimoniais foram realizados em organizações públicas, de terceiro setor e em ocasiões sociais e festivas.

precedências definidas pelo cerimonial. Esta busca por visibilidade é acentuada na medida em que passamos a nos referir a agentes políticos, que participam dos eventos e têm a necessidade de serem vistos pelo público eleitor.

Sendo assim, pode-se questionar se, para além de questões de ordem e de técnica, o cerimonial também poderia ser utilizado como forma de poder simbólico. De acordo com Pierre Bourdieu (2011), pesquisador que desenvolveu o conceito de poder simbólico, este é um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p. 8-9).

Bourdieu (2011) também afirma que é através do poder simbólico que as classes hegemônicas constroem a legitimidade do seu poder. E, para a construção desta legitimidade, eufemizam seu poder, escondendo-o, diferindo, movendo ao lugar de simbólico. A partir destas proposições, podemos pensar também o cerimonial permeado por um conjunto de elementos simbólicos que funcionam como instrumentos de legitimação de autoridades e instituições. Dentre os elementos simbólicos que funcionam para a legitimação de autoridades, está a visibilidade. Quando certos elementos são colocados em destaque (pelo próprio cerimonial e protocolo, ou pela quebra destes) e outros permanecem invisíveis, aí está uma forma de poder, que muitas vezes não é percebido como tal.

O cerimonial e os eventos a qual fazem parte são rotineiros nas instituições legislativas. Cabe ao cerimonial, neste contexto, atividades como Posses dos Chefes do Poder Executivo, Posses de Mesas Diretoras, Homenagens a Pessoas Físicas e Jurídicas, Título de Cidadão, entrega de medalhas e outras honrarias, recepção a autoridades, dentre outros eventos. O cerimonial legislativo segue as regras do Decreto nº 70.274/72, que regulamenta as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência, além de legislações estaduais e municipais, que podem ser específicas sobre cada um dos referidos eventos. O que vem ocorrendo, no entanto, é uma “deslegitimação” do Decreto, quando ocorrem momentos que fogem ao que está definido em Lei. Assim, pode-se pensar que esta “deslegitimação” é, também, uma forma de poder simbólico, visto que pode oferecer mais ou menos visibilidade a determinados agentes políticos e institucionalizar hábitos aceitos cotidianamente, como subordinação a estruturas de poder formais e informais.

Devido às dificuldades na execução de um cerimonial, esta área, mesmo que relevante, ainda é pouco buscada pelos profissionais de Relações Públicas. Além do mais, há certo preconceito da área para com o trabalho de eventos e cerimonial, pois são vistos como uma dimensão meramente operacional da profissão. Porém, consideramos que o trabalho com cerimonial é desafiador e requer uma série de capacidades profissionais. Além do profundo

conhecimento sobre as normas e legislações que o regem, são necessárias certas habilidades e bom senso para tratar de situações polêmicas e imprevistas. Uma cerimônia também sempre envolve a construção de sentidos e significações acerca das instituições, sujeitos e elementos que ali se encontram, o que deve ser levado em conta pelo profissional que o executa. Nesse sentido mais reflexivo acerca do cerimonial, existem estudos recentes que propõem os eventos como detentores de uma dimensão técnica e uma dimensão social (KEGLER, 2011, 2013). A partir disto, intentamos, também, a reflexão acerca da possibilidade de uma dimensão de empoderamento simbólico a partir da técnica de cerimonial. Considerar o cerimonial como plataforma de visibilidade e poder simbólico é contribuir para pensá-lo a partir de uma perspectiva estratégica.

Portanto, se o cerimonial é potencializador (ou minimizador) do poder simbólico e se as normas de cerimonial e protocolo bem como o desrespeito a elas podem conferir maior ou menor visibilidade a agentes políticos do Poder Legislativo, questiona-se: Quais são os mecanismos simbólicos utilizados no cerimonial como forma de visibilidade e poder simbólico por parte dos agentes políticos? Esta pesquisa objetiva justamente responder a esta questão, procurando analisar como o cerimonial legislativo municipal pode ser permeado pela busca e pelo exercício de visibilidade e poder simbólico nas Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria e, assim, constituindo-se como uma estratégia comunicacional para além de operações e organização de ordem de precedência em momento solene.

Este estudo justifica-se ao buscar reflexões teóricas para a área de Relações Públicas acerca desta atividade ainda pouco estudada – o cerimonial. De acordo com o Estado da Arte realizado no período compreendido entre 2010 e 2015, em Bibliotecas de Universidades, anais de Congressos, Bancos de Teses e Dissertações de Comunicação, sites relacionados à área de Comunicação e ao meio acadêmico, além de outros mecanismos de pesquisa, há escassos trabalhos sobre a temática. Entre teses, dissertações, monografias e artigos científicos, foram mapeados apenas sete trabalhos com a temática “Cerimonial”. Nos 43 anos do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mais especificamente, há apenas um registro de monografia (2015)³ sobre cerimonial e protocolo, com foco no cerimonial para solenidades de formatura.

Além disso, são limitados os estudos da área de comunicação no âmbito legislativo, em especial, sobre o cerimonial. Raros, também, são os estudos sobre cerimonial público em

³ Rosiane Saldanha Roratto. Cerimonial e protocolo com ênfase em solenidades de formatura. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social - Relações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria.

geral. Sendo assim, julga-se ser relevante entender como se dá o emprego do cerimonial nestas organizações, que também se apresentam como campo de trabalho para os relações-públicas.

O cerimonial e o protocolo são técnicas muito utilizadas no dia a dia de um profissional de Relações Públicas, independente da área de atuação. Organização de eventos, expedição de convites e documentos, precedência entre autoridades são trabalhos que fazem parte da rotina de grande parte dos profissionais de RP. Porém, muitos ainda apresentam desconhecimento e/ou contragosto em relação à área de cerimonial. Isso ocorre, na maioria das vezes, pelo fato de o cerimonial ainda ser visto, majoritariamente, como um instrumento mecânico e estático das Relações Públicas. Esta pesquisa busca refletir acerca de componentes do cerimonial e do protocolo que passam despercebidos, bem como das situações de desrespeito às normas, que podem ser estratégicas no sentido de dar visibilidade e legitimar agentes políticos perante o público. Tais episódios devem ser reconhecidos pelos profissionais e utilizados a favor das instituições. Para profissionais de Relações Públicas, ponderações como estas possibilitam o uso do cerimonial de forma distinta da qual vem sendo utilizado, levando em conta o caráter estratégico⁴ e simbólico inscrito nele, o que pode contribuir grandemente para as estratégias e objetivos globais de uma organização.

Na maioria das matrizes curriculares dos cursos de Relações Públicas do Rio Grande do Sul, o cerimonial aparece com pequeno destaque. Em apenas um, dos onze cursos de Relações Públicas do Estado, a disciplina de “Cerimonial e Protocolo” figura como disciplina obrigatória no currículo. Nos demais, disciplinas sobre cerimonial estão na lista de optativas ou nem chegam a tanto. Em grande parte dos casos, o cerimonial é estudado dentro do programa das disciplinas sobre Eventos, obrigatórias na maioria dos currículos. Porém, julgamos que a carga horária destas disciplinas é insuficiente para atender as peculiaridades do tema, tendo em vista que o cerimonial envolve o estudo de legislações nacionais, regionais e locais (como o Decreto N.º 70.274 de 9 de março de 1972, em nível nacional, e o Decreto N.º 30.012, de 31 de dezembro de 1980, em nível estadual), pronomes de tratamento, ordem de precedência, etiqueta, dentre outras especificidades.

A importância de se conhecer e estudar o cerimonial, bem com as normas de precedência, também está no fato de tais normas estarem amparadas por Leis, como o Decreto

⁴ Para definir estratégia, utilizamos o conceito de Bueno (2009, p. 55) que a caracteriza como a “forma [...] de definir e aplicar recursos com o intuito de atingir objetivos previamente estabelecidos”. O caráter estratégico também envolve o processo de leitura e construção de cenários, pesquisas com os públicos de interesse etc.

Nº 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência, que deverão ser observadas em cerimônias oficiais no Brasil.

Além das motivações já elencadas, ainda há uma justificativa pessoal para a realização desta pesquisa. Pelo fato de ter trabalhado com cerimonial e eventos durante toda a Graduação e por gostar e me identificar com este trabalho, tenho interesse de me especializar nesta área. Além disto, tenho como objetivo trabalhar com cerimonial e eventos no setor público.

Este trabalho estrutura-se em três capítulos. No primeiro, introduzimos os conceitos de poder e visibilidade, norteadores desta reflexão. Utilizamos como teóricos principais o sociólogo Pierre Bourdieu (2011) e seu conceito de poder simbólico, bem como John Thompson (2011), que pensa o conceito de visibilidade e suas transformações, resultantes do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

No segundo capítulo, abordamos o conceito de cerimonial e fazemos um breve resgate histórico de como esta atividade vem se desenvolvendo ao longo do tempo. Tratamos, ainda, do cerimonial no setor público, mais especificamente no âmbito do Poder Legislativo. Para tanto, utilizamos como embasamento os estudos de Luz (2005) e Lins (1991), além das informações do Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014) e do Manual de Organização de Eventos do Senado Federal (2013). A partir da proposta de Kegler (2011), também pensamos o cerimonial sob um viés social, em seu potencial comunicativo e de construção de sentidos.

No terceiro e último capítulo, fazemos uma descrição do caso escolhido para esta pesquisa: o cerimonial na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Além disso, detalhamos cada uma das cinco Sessões Solenes que fazem parte do corpus de pesquisa e apresentamos a metodologia que conduziu este estudo: a triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007). Por fim, fazemos uma análise dos eventos e cerimoniais da Câmara a partir do referencial teórico, apresentando também os resultados finais deste estudo.

Os resultados apontam para o exercício de poder simbólico a partir de vários elementos e momentos do cerimonial, em especial da visibilidade que determinados indivíduos/instituições recebem em detrimento de outro(s). Além disto, constatamos que o poder exercido nestas cerimônias é simbólico, pois, justamente como explica Bourdieu (2011), não é percebido como tal nem por aqueles que o exercem, nem por quem está submetido a ele. Este poder (simbólico) é capaz de legitimar indivíduos e instituições que estão em destaque nas solenidades observadas.

1 PODER SIMBÓLICO E VISIBILIDADE

Este capítulo tem o objetivo de fornecer um apanhado acerca do conceito de poder e suas várias interpretações, de acordo com os teóricos que se propuseram a estudá-lo. Apresentamos o conceito de poder simbólico (BOURDIEU, 2011), que será o condutor principal nas reflexões deste estudo. Além de sua definição, apontaremos para todas as facetas, influências e consequências que permeiam o conceito de poder simbólico, de acordo com o pensamento de Bourdieu.

Refletiremos, também, sobre o conceito de visibilidade a partir da teoria social da mídia, desenvolvida por Thompson (2011). O autor especifica as diferentes formas de interação e visibilidade, demonstrando a sua transformação paralelamente ao desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação.

Por fim, relacionaremos a busca e o exercício da visibilidade como uma forma de empoderamento simbólico por parte de indivíduos e instituições. Na maioria das vezes, a busca e o exercício da visibilidade se dão de maneira disfarçada e imperceptível – portanto, simbólica.

1.1 O CONCEITO DE PODER

Para Krausz (1991, p. 12) "o poder é onipresente na vida social. Os sistemas de poder sempre existiram e influenciaram a vida grupal e são parte inerente da experiência de cada ser humano". Isso ocorre, segundo a autora, porque o relacionamento interpessoal e, em consequência, suas influências recíprocas são inerentes à vida social.

Historicamente, o poder vem sendo estudado pelos mais diversos ramos: filosofia, sociologia, ciência política, comunicação, dentre outros, na maioria das vezes possuindo diferentes definições de acordo com cada teórico que se propôs a estudá-lo. Uma das dificuldades em se chegar a um consenso acerca do conceito de poder é a de se estruturar um quadro de referências amplo o suficiente para abarcar todas as manifestações sobre as quais o poder pode surgir (KRAUSZ, 1991, p. 14). Para a autora (1991, p. 12), "por sua própria natureza, o poder não é visível e nem mensurável e sua definição tem desafiado os mais argutos pensadores". Hicks e Gullet (apud KRAUSZ, 1991, p. 12) reforçam essa concepção ao afirmarem que "o poder [...] é geralmente sutil ou obscuro, surge de várias fontes, é altamente dinâmico, tem múltiplas causas e efeitos, é multidimensional e particularmente difícil, senão impossível, de ser quantificado".

A partir de uma revisão de conceitos propostos por diversos autores, Krausz (1991, p. 15) conclui que todos possuem dois pontos, no mínimo, em comum: a) tentativa de influência do detentor do poder para com a ação dos demais; e b) relacionamento (direto ou indireto) entre o detentor de poder e àquele(s) que está(ão) submisso(s) a ele.

Moreno (2013) também faz um apanhado comparativo das diferentes abordagens do conceito de poder, sinalizando a evolução dos estudos com o passar do tempo e de acordo com distintos teóricos. De acordo com a autora, as primeiras teorias tinham como foco o poder do Estado e o poder atrelado à violência. Thomas Hobbes é o primeiro teórico citado por Moreno (2013) como integrante da tradição clássica do pensamento político. Segundo a autora, o pensamento de Hobbes era de que o Estado se forma a partir de um tipo de pacto social, em que os homens renunciam e deixam que o soberano monopolize o poder. Desta forma, o propósito do poder seria positivo: manter pacíficas as relações sociais (MORENO, 2013).

Max Weber, de acordo com Moreno (2013), também teorizou a respeito do poder do Estado, dizendo que este está fundamentado na força, assim como qualquer outro agrupamento político. De acordo com Weber, a violência física é tida como um instrumento normal e legítimo de poder (MORENO, 2013). Entretanto, para Weber, o Estado “só pode existir [...] sob condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores” (MORENO, 2013, p. 3). Moreno (2013) diz ainda que, para Weber, o poder consiste na capacidade de impor vontades e objetivos próprios ao comportamento de outrem.

No sentido contrário das concepções propostas até então, Moreno (2013) apresenta a definição de poder para a filósofa Hannah Arendt, que faz uma crítica à teoria política tradicional e sua assimilação dos termos violência e poder, bem como seu uso a partir de ações estratégicas, inserindo em seu pensamento a ação comunicativa. Para Arendt, o conceito de poder não se refere a uma manipulação da vontade do outro com vista a atingir objetivos próprios, mas sim “o poder origina-se do fato de que os participantes orientam-se para o entendimento recíproco e não para seu próprio sucesso” (MORENO, 2013, p. 5).

Moreno (2013) aponta para a teoria de Habermas, que buscou um consenso entre a tradicional teoria política e as propostas de Hannah Arendt. Segundo a autora, Habermas não tinha estas visões como opostas, e sim como “a relação de poder e suas espécies” (MORENO, 2013, p. 7). O teórico afirmava a existência de uma relação complementar entre o poder gerado no mundo da vida (ação comunicativa de Arendt) e o poder referente ao mundo

sistêmico (ação estratégica). Tais ações não se anulam, pois o poder precisa ser anteriormente gerado para ser posto em prática (MORENO, 2013).

Para mostrar o rompimento com tudo que vinha sendo proposto na tradição do pensamento político, Moreno (2013) apresenta as ideias de Michel Foucault (1995, 1997, 2011a, 2011b) e Pierre Bourdieu (1997, 2004, 2010) acerca do conceito de poder. Tais autores introduzem a noção de que as relações de poder estão além das relações vinculadas à economia e ao Estado.

De acordo com Moreno (2013, p. 9), Foucault afasta o conceito de poder da ideia de repressão e da lei, relacionando-o com a condição de liberdade: “Foucault percebe o poder enquanto produtividade, enquanto produto do conhecimento”. Portanto, para o filósofo, os instrumentos de produção e acúmulo do saber é que encontram-se na base do poder.

Por fim, Moreno (2013) aborda a concepção de poder do sociólogo Pierre Bourdieu, autor que traz um novo conceito de poder: o poder simbólico, um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p. 8-9).

Como vimos, o conceito de poder foi estudado e compreendido de diferentes formas ao longo do tempo. A seguir, nos detemos especificamente no conceito de poder simbólico, de Pierre Bourdieu, tendo em vista que se define como um conceito-chave para este trabalho.

1.2 O PODER SIMBÓLICO DE PIERRE BOURDIEU

De acordo com Pierre Bourdieu (2011, p. 7), o poder está por toda a parte, sendo necessário descobri-lo nos locais em que se encontra mais oculto e, portanto, menos reconhecido. Assim, o autor conceitua o poder simbólico justamente como este “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2011, p. 8-9).

Para explicar o conceito de poder simbólico, Bourdieu (2011) aborda as características dos sistemas simbólicos, utilizando Marx e Durkheim como referências. De acordo com o autor, Durkheim se refere às formas simbólicas como elementos subjetivos que, quando em concordância, são capazes de construir um consenso acerca do sentido do mundo. Durkheim diz ainda que as formas simbólicas são formas sociais, portanto, arbitrárias (não possuem nenhuma relação lógica de sentido), relativas a um grupo particular e socialmente determinadas (BOURDIEU, 2011, p. 8). Nesse sentido, as formas sociais são um “produto colectivo e colectivamente apropriado” (BOURDIEU, 2011, p. 10). Ao contrário, Marx baseia

seu pensamento na relação das formas simbólicas com os interesses das classes dominantes. Sob a ótica marxista, as formas simbólicas servem aos interesses particulares apresentando-se como interesses universais, comuns ao grupo. Desta forma, há uma integração fictícia da sociedade.

Para Bourdieu (2011), os sistemas simbólicos, como a arte, religião e a língua, podem ser descritos como estruturas estruturantes. Segundo o autor, “os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 2011, p. 8).

O poder simbólico é um poder de construção da realidade, pois conduz ao estabelecimento de um sentido imediato do mundo, em especial do mundo social (BOURDIEU, 2011, p. 9). De acordo com Bourdieu (2011, p. 9), Durkheim diz que este sentido imediato do mundo supõe uma concepção homogênea do mundo, o que torna possível a concordância. É por isso que nas cerimônias, por exemplo, os elementos, instituições e indivíduos que estão em destaque detêm o poder (simbólico) de, a seu modo e de acordo com seus objetivos, construir sentidos e emoldurar a percepção da plateia que ali está.

Com base em Durkheim, Bourdieu (2011 p. 10) vê os símbolos em sua função social e política, compreendendo-os além de sua função comunicativa. Bourdieu (2011, p. 11) ressalta que as relações de comunicação são sempre relações de poder que “dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...] podem permitir acumular poder simbólico”.

Neste sentido, vale considerar as reflexões de Bourdieu acerca dos conceitos de capital, desenvolvidos por Marx, e que são explicadas por Loyola (2002, p. 66). Bourdieu defendeu a ideia de que o capital econômico não é a única forma de riqueza e dominação, apresentando mais três noções de capital: capital social, que são as redes de relações sociais; o capital cultural, referindo-se às relações privilegiadas com a cultura erudita e a cultura escolar; e de capital simbólico, um conjunto de símbolos que situam os agentes no espaço social. Loyola (2002, p. 66), interpretando a noção de capital simbólico, diz que é a partir de seu controle que “os dominantes impõem aos dominados seu *arbitrário cultural*, as hierarquias, as relações de dominação, fazendo-os percebê-las como legítimas [...]”. De acordo com Loyola (2002), o lugar e a evolução do indivíduo no espaço social relacionam-se diretamente com a quantidade global de capital que detém; com a divisão deste capital em capital econômico, social e cultural e com a capacidade e as estratégias de reconversão de um capital em outro (por exemplo, reconversão de capital econômico em cultural ou vice-versa).

Os símbolos se definem como instrumentos de integração social, promovendo um consenso acerca do sentido do mundo social e, portanto, contribuindo razoavelmente para a reprodução da ordem social. Para Bourdieu (2011),

[...] é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] (BOURDIEU, 2011, p. 11).

Bourdieu explicou o conceito de violência simbólica em uma entrevista concedida à Maria Andréa Loyola (2002). Segundo ele, é a capacidade que os dominantes têm de impor, de forma consentida, a relação de dominação. Os indivíduos pertencentes a uma classe utilizam o poder simbólico buscando impor uma definição de mundo mais conforme seus próprios interesses nas lutas simbólicas que travam com as demais classes.

As lutas simbólicas entre as classes podem ocorrer, quer nos conflitos simbólicos do dia a dia, quer conduzidas pelos especialistas da produção simbólica (BOURDIEU, 2011, p. 11). Como exemplo, Bourdieu (2011, p. 12) cita a transformação do mito em religião, cuja história não pode se separar da história da constituição de um corpo de produtores especializados em discursos e ritos religiosos. Para o autor, a divisão do trabalho religioso é uma das dimensões da divisão do trabalho social e, conseqüentemente, da divisão em classes, o que conduz a privação dos instrumentos de produção simbólica aos laicos.

Segundo Bourdieu (2011), o campo de produção simbólica é permeado pela luta simbólica entre as classes, uma luta pela hierarquia e pela legitimidade da dominação das classes dominantes. De acordo com Loyola (2002, p. 66-67), Bourdieu se refere aos campos como um conjunto de espaços com lógicas próprias de funcionamento, relativamente autônomos. Um campo é um “sistema estruturado de forças objetivas, uma configuração relacional que, à maneira de um campo magnético, é dotado de uma gravidade específica, capaz de impor sua lógica a todos os agentes que nele penetram” (LOYOLA, 2002, p. 67). Compreender a origem de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade da crença que o sustenta, seu jogo de linguagem, os produtos materiais e simbólicos que nele se geram, é explicar os atos dos produtores e as obras por eles produzidas (BOURDIEU, 2011, p. 69). Loyola (2002) ressalta ainda que, dentro de cada campo, também há espaço para conflitos em busca da autoridade central.

Relacionado ao conceito de campo está a noção de *habitus*, também desenvolvida por Pierre Bourdieu (2011). O *habitus* parte da exposição repetida do indivíduo às condições

sociais definidas de seu meio, o que imprime nele um conjunto de “disposições duráveis e transferíveis, que são a interiorização da realidade externa [...]” (LOYOLA, 2002, p. 68). A autora, interpretando as reflexões de Bourdieu, diz que “[...] o todo social não se opõe ao indivíduo. Ele está presente em cada um de nós, sob a forma do *habitus*, que se implanta e se impõe a cada um de nós através da educação, da linguagem... [...]” (LOYOLA, 2002, p. 33). O *habitus* é um conjunto de referências que guia nosso agir, nossa prática, dentro de determinada realidade, que é incorporada pelo indivíduo. Segundo Loyola (2002, p. 69), “[...] o *habitus* não é uma invariante antropológica, mas uma matriz geradora, historicamente constituída, institucionalmente enraizada e socialmente variável”.

O conceito de *habitus* assemelha-se com a concepção de Berger e Luckmann (2011) a respeito do processo de institucionalização. Para os autores (2011, p. 69), o homem desenvolve-se na sua relação com o ambiente. Tal ambiente que é, ao mesmo tempo, natural e humano. Assim, o ser humano, em sua formação, se relaciona concomitantemente com um ambiente natural particular e com uma ordem social e cultural específica e previamente estabelecida. Berger e Luckmann (2011, p. 70) dizem que não existe uma “natureza humana” biologicamente fixa. “A humanização é variável em sentido sociocultural”. Sendo assim, acreditam que o ser humano não pode ser compreendido dissociado do contexto social em que foi formado. “A autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. [...] O *Homo sapiens* é sempre, e na mesma medida, *homo socius*” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 73) [grifo dos autores].

Os homens, em constante interação uns com os outros e com o ambiente, têm suas ações sujeitas ao hábito. Desta forma, para Berger e Luckmann (2011, p. 75) qualquer ação constantemente repetida torna-se um padrão que poderá ser utilizado no futuro para a execução de ações sem qualquer esforço deliberativo.

Sendo assim,

a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. [...] As tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São *acessíveis* a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 77) [grifo dos autores].

Berger e Luckmann (2011) atentam para o processo de transmissão das instituições. Nesse processo, a institucionalização aperfeiçoa-se e os hábitos e tipificações (inicialmente compreendidos no contexto de um pequeno grupo) tornam-se instituições históricas. No

processo de transmissão da institucionalização, a objetividade do mundo institucional passa a ser mais forte inclusive para o grupo onde teve origem. O que o grupo tinha por hábito e rotina torna-se, para eles e para as gerações seguintes, a maneira correta de agir no mundo. “Um mundo institucional [...] é experimentado como realidade objetiva” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 83).

As instituições têm caráter controlador inerente, já que definem padrões de conduta para os indivíduos canalizando-os para determinadas direções entre as muitas possíveis. O caráter de controle das intuições é anterior a quaisquer mecanismos de sanção estabelecidos para apoiá-las ou independente deles. Ou seja, “o controle social primário é dado pela existência de uma instituição enquanto tal” (BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 78). Novos mecanismos de controle só serão necessários caso a institucionalização não seja bem-sucedida. Portanto, as instituições são mais fortes que a norma. A eficiência controladora dos mecanismos de sanção que compõem o sistema de controle social é secundária.

A respeito do poder simbólico, Bourdieu (2011, p. 14) ressalta ainda que ele só pode ser exercido se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. Portanto, o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos, e sim é definido em uma relação determinada e, por meio desta, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos.

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2011, p. 15).

De acordo com Bourdieu (2011, p. 15), o poder simbólico é um poder transformado, convertido e legitimado de outras formas de poder. Será compreendido quando percebermos a mudança dos diferentes tipos de capital em capital simbólico e, principalmente, o trabalho de eufemização que permite, ao mesmo tempo, ignorar e reconhecer a violência simbólica encerrada objetivamente em uma relação de poder.

Para Bourdieu (2011, p.14) o poder simbólico é capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo [...]”. É um “poder quase mágico” (BOURDIEU, 2011, p. 14) que acarreta em efeitos reais sem demandar, aparentemente, o dispêndio de grande energia.

Levando em consideração que o poder simbólico é um poder de construção de sentidos, de estabelecimento de hábitos e de institucionalização, podemos considerar a

visibilidade como uma forma de poder simbólico, uma vez que permite a instituições e atores sociais difundir a sua definição de mundo. A seguir, exploramos o conceito, a evolução e a importância da visibilidade na sociedade contemporânea. Juntamente com o conceito de poder, a compreensão da visibilidade é essencial para a realização deste estudo.

1.3 VISIBILIDADE

A palavra visibilidade, em seu sentido denotativo, significa algo que se pode ver, o que está nítido, manifesto (LUFT, 1999, p. 676). Neste trabalho, o conceito de visibilidade será pensado a partir do viés da comunicação, com a hipótese de que agentes políticos utilizam do cerimonial como forma de visibilidade e empoderamento simbólico no âmbito do poder legislativo municipal.

John B. Thompson (2011) refletiu sobre o conceito de visibilidade em sua teoria social da mídia, procurando demonstrar como o desenvolvimento da mídia e dos novos meios de informação e comunicação transformou a constituição espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação, interação e visibilidade.

Em um dos capítulos de sua obra **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**, Thompson (2011) aborda a transformação da natureza da visibilidade e sua relação com o poder. Para tanto, o autor inicia seu texto com algumas considerações a respeito da distinção entre os conceitos de público e privado.

De acordo com Thompson (2011, p. 162) existem dois sentidos básicos na dicotomia “público e privado”. O primeiro sentido tem a ver, por um lado, com a relação entre o domínio do poder político institucionalizado, que, no desenvolvimento das sociedades ocidentais desde o período medieval, foi exercido por um Estado soberano e, por outro lado, com o domínio da atividade econômica e das relações pessoais, que fugiam ao controle direto do poder político. Desta forma, a partir de meados do século XVI, “público” começou a significar atividade ou autoridade relativa ao Estado e dele derivado, enquanto “privado” se referia às atividades ou esferas da vida que eram excluídas ou separadas daquela, incluindo empresas com fins lucrativos e relações pessoais e familiares (THOMPSON, 2011, p. 162-163). Porém, desde o final do século XIX, as fronteiras entre público e privado se tornaram cada vez mais tênues. De acordo com Thompson (2011, p. 163), o Estado tornou-se cada vez mais intervencionista, buscando exercer o controle sobre as atividades econômicas, enquanto indivíduos e grupos também se uniram para influenciar as políticas governamentais.

O segundo sentido atribuído por Thompson (2011, p. 165) para a dicotomia “público e privado” possui relação direta com as noções de “visibilidade e invisibilidade”, “publicidade e privacidade”. De acordo com o autor, esse sentido emergiu no discurso sociopolítico ocidental e define “público” como algo aberto, acessível – o que é visível e observável. “Privado”, ao contrário, é aquilo que se esconde da vista, que é feito em privacidade, segredo. Portanto, a partir desta conceituação, utilizaremos os termos “publicidade” e “visibilidade” como sinônimos.

Para entender o impacto da mídia na natureza da publicidade e na relação entre a visibilidade e o poder, Thompson (2011, p. 120) define três tipos de interação, que também foram se transformando conforme o desenvolvimento dos meios de comunicação: a “interação face a face”, a “interação mediada” e a “quase-interação mediada”.

Antecedendo o avanço dos meios de comunicação, a visibilidade de indivíduos ou acontecimentos requeria o compartilhamento de um lugar comum. “Um evento se tornava público quando representado diante de uma pluralidade de indivíduos fisicamente presentes à sua ocorrência [...]” (THOMPSON, 2011, p. 167). O autor denomina esta forma de visibilidade como “publicidade tradicional de coopresença”, definindo-a a partir de determinadas características. Uma delas é a riqueza de deixas simbólicas que proporciona. Para Thompson (2011, p. 167) o contato face a face incita a utilização dos sentidos dos indivíduos que dele participam. Além de ver, podem também ouvir, cheirar, sentir. A palavra falada complementa-se com gestualidades, aparências, entonações de voz, posicionamentos etc. Além disto, a publicidade tradicional de coopresença também apresenta, essencialmente, um caráter dialógico, pois os indivíduos presentes podem, em princípio, participar do evento, interagindo de alguma forma (falando, batendo palmas, assoviando, aclamando).

A tradicional forma de publicidade de coopresença, apresentada por Thompson (2011), pode ser exemplificada com as reuniões que aconteciam na Grécia Clássica, em que os cidadãos se encontravam para debater questões e tomar decisões. Nestes encontros, todos tinham liberdade para expressar suas opiniões e argumentos e ser ouvidos. De acordo com o autor,

[...] as assembleias constituíam um tipo distinto de esfera pública na qual a publicidade (ou visibilidade) do poder se baseava na capacidade dos indivíduos de se ocuparem num debate uns com os outros num lugar comum e de chegarem a decisões coletivas através de um consenso da maioria (THOMPSON, 2011, p. 165).

Com o desenvolvimento da mídia, novas formas de visibilidade – agora, não necessariamente ligadas ao compartilhamento de um lugar comum – foram criadas. Thompson (2011, p. 168) denomina estas novas formas como “publicidade mediada”. Segundo o autor, o desenvolvimento dos meios de comunicação possibilitou que ações e eventos pudessem se tornar visíveis a partir da gravação e transmissão para indivíduos fisicamente distantes, tanto no espaço quanto no tempo de sua ocorrência. Thompson (2011) destaca que a publicidade mediada não substituiu inteiramente a função da publicidade tradicional de coopresença, que permanece com destacada importância na sociedade moderna. Porém, a publicidade mediada estendeu e transformou a tradicional forma de visibilidade dos indivíduos e organizações.

Além de independer da partilha de um lugar comum, a publicidade mediada também se distingue da publicidade tradicional de coopresença em termos de intercâmbio dialógico. Tendo acesso às informações através de um meio de comunicação, o receptor ficava impossibilitado de comunicar seu ponto de vista e interagir com os indivíduos envolvidos na produção das ações ou eventos originais. Pode-se dizer que “com o advento da imprensa, o ato de tornar algo público se libertava em princípio do intercâmbio dialógico dos atos da fala e se tornava cada vez mais dependente do acesso aos meios de produção e transmissão [...]” (THOMPSON, 2011, p. 169).

É por causa desta relação não dialógica que Thompson (2011, p. 169) caracteriza a interação por meio da publicidade mediada como uma “quase-interação mediada”. Produtores e receptores estão distantes no tempo e no espaço e a interação não é instantânea. Além disso, a interação, muitas vezes, pode ser definida como de mão única, pois não há um retorno por parte do receptor.

Thompson (2011, p. 308) descreve esta nova forma de publicidade como o espaço do visível, “um espaço não localizado, não dialógico e aberto, no qual as formas simbólicas mediadas podem ser produzidas e recebidas por uma pluralidade de outros não presentes”. Para o autor, o espaço do visível é não localizado, pois não se vincula a locais espaciais ou temporais específicos; é não dialógico já que a relação entre produtores e receptores é assimétrica; e é aberto pois novas formas simbólicas podem ser expressas a todo o momento e as consequências da visibilidade não podem ser controladas.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação, relacionadas aos computadores e à internet, Thompson (2008, p. 19) ressalta que as formas de visibilidade foram ainda mais amplificadas e, ao mesmo tempo, tornaram-se mais complexas. As redes de comunicação digitais aumentaram o fluxo de conteúdo, permitindo aos usuários criar e

disseminar seus próprios materiais. Por isso, Thompson (2008) diz que é cada vez mais difícil para as organizações e atores sociais controlar o fluxo de conteúdo simbólico.

Thompson (2011, p. 177) destaca que a mudança na natureza da publicidade alterou também a forma como o poder político é exercido. Segundo o autor, a administração da visibilidade é uma arte antiga no meio político e governamental, porém o desenvolvimento dos meios de comunicação mudou as regras desta arte. Para ilustrar esta mudança, Thompson (2011) compara os acontecimentos dos antigos Estados monárquicos com as novas formas de apresentação e visibilidade, proporcionadas a partir do desenvolvimento da imprensa.

Segundo Thompson (2011, p. 178), antes do desenvolvimento dos meios de comunicação, a visibilidade dos governantes era relativamente restrita a corte ou a eventos especiais (coroações, funerais reais, marchas vitoriosas), em que apareciam diante de audiências maiores, incluindo seus súditos. Porém, muitas das aparições públicas dos governantes, incluindo o monarca, ocorriam nos centros políticos, nos salões do palácio ou na capital do reino. Assim, a maioria dos indivíduos – habitantes das áreas rurais ou periféricas – jamais conheceu seus governantes.

Nas ocasiões em que os governantes apareciam ao público, além da pompa, da extravagância do aparato e das circunstâncias, eles utilizavam o recurso da manutenção da distância como forma de poder. “A manutenção da distância atestava o caráter sagrado do poder. O governante estava acima – tanto literal quanto simbolicamente – dos súditos que ele governava, e sua existência era mortal e divina ao mesmo tempo” (THOMPSON, 2011, p. 178).

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a visibilidade dos governantes se modificou. Segundo Thompson (2011, p. 179) os veículos de comunicação poderiam ser utilizados como meios de projetar sua imagem e atingir os públicos mais distantes.

A tarefa de administrar a visibilidade de líderes políticos ganhou ainda mais relevância com o desenvolvimento da mídia ao longo dos séculos XIX e XX. De acordo com Thompson (2011) a cuidadosa apresentação pessoal tornou-se um imperativo para líderes políticos ou aspirantes à vida política. “Renunciar à administração da visibilidade através da mídia seria um ato de suicídio político ou uma expressão de má-fé de quem foi tão acostumado à arte da auto apresentação [...]” (THOMPSON, 2011, p. 181).

Para Guareschi e Lopes (2014, p. 833), o exame da visibilidade por meio da mídia é indispensável a todo ator político “uma vez que *o ver* e *o ser*, vistos nos meios de comunicação, geram a credibilidade entre seus pares e seus eleitores”. Weber (2006, p. 120), que estuda a relação da comunicação política com a mídia, diz que, no campo político, as

disputas exigem o exercício da visibilidade, de maneira que “[...] possam convencer e seduzir governados e eleitores, que possam aferir reconhecimento, apoio e prestar contas à sociedade”.

Ao mesmo tempo em que a visibilidade midiática se apresenta como mais um meio para que líderes políticos, atores sociais e organizações falem com seus públicos de interesse, também requer a administração do risco. Para Sartor (2008, p. 136), os efeitos da visibilidade midiática não podem ser controlados e frequentemente podem constituir o oposto do almejado pelo ator ou organização inicialmente. Por isso, o autor defende que a administração da visibilidade na mídia requer uma atividade profissionalizada, de assessoria de imprensa ou relações públicas.

Barichello (2004, p. 29) também fala sobre a importância da visibilidade, afirmando que, na atualidade, a visibilidade das instituições e dos atores sociais depende da sua capacidade de informar e comunicar. Para a autora, a mídia se constitui como o novo local de visibilidade na sociedade contemporânea. E, mais do que isso, no novo local da cena de legitimação⁵, considerando que não só é necessário legitimar os atos da organização, como legitimá-los por meio da esfera midiática.

Para Barichello (2004, p. 30),

[...] as novas tecnologias possibilitam novas formas de sociabilidade, modificam antigas formas, criam situações diferenciadas para a ação e interação e, portanto, reestruturam as relações existentes entre as instituições e organizações e a sociedade da qual elas fazem parte.

Stasiak (2013, p. 28) também considera importante reconhecer as características da visibilidade e seu papel na rotina das organizações. Segundo a autora, “a visibilidade possui relevância na sociedade contemporânea, visto que envolve situações de circulação e legitimação de valores”. Mafra (2006) vê a mídia como um espaço privilegiado para geração de visibilidade e atribuição de existência pública e consequente legitimação de determinados temas, que, sem ela, poderiam não ser colocados em pauta. “Tornar um tema visível [...] representa o primeiro passo para o estabelecimento de um processo comunicativo entre os sujeitos” (MAFRA, 2006, p. 40).

Rodrigues (1997) reúne os meios de comunicação no campo dos *media*,

⁵ Por legitimação entende-se o processo de explicação e justificação da ordem institucional. De acordo com Berger e Luckmann (2011, p. 124) a legitimação não é apenas uma questão de valores, mas implica também questões de conhecimento. Para os autores, “a legitimação não apenas diz ao indivíduo por que *deve* realizar uma ação e não outra; diz-lhe também *por que* as coisas são o que são.” [grifo dos autores]

[...] abarcando, portanto, todos os dispositivos, formal ou informalmente organizados, que têm como função compor os valores legítimos das instituições que adquiriram nas sociedades modernas o direito a mobilizarem autonomamente o espaço público [...] (RODRIGUES, 1997, p. 152).

Este campo, segundo o autor, tem como principais características o caráter mediador e a capacidade de legitimar os demais campos sociais, conferindo-os visibilidade e notoriedade. Os campos sociais (como, por exemplo, os campos médico, religioso, político, jurídico, científico etc.) buscam a exposição na mídia para tornarem públicos seus acontecimentos relevantes de forma a obter aprovação da sociedade e sua legitimação. É por isso que, para Rodrigues (1997), a legitimidade do campo dos *media* lhe é delegada pelos demais campos sociais.

O campo dos *media*, de acordo com Rodrigues (1997, p. 156) também possui como característica a natureza vicária, ou seja, possui, por cessão dos próprios campos sociais, a responsabilidade de parte de suas funções expressivas. Isso ocorre, como exemplifica o autor, nas coletivas de imprensa, comunicados, assessorias de imprensa e relações públicas, encaminhamento de *releases* etc.

A capacidade do campo midiático de conferir legitimidade aos demais campos sociais tem relação direta com o pensamento de Silva, D. L. G. (2009) que diz ser a credibilidade o principal capital simbólico da mídia. Weber (2006) também vê a visibilidade midiática como parte central no processo de construção da credibilidade, principalmente quando estamos nos referindo aos atores políticos.

De modo cada vez mais complexo, estende-se o debate sobre o poder da visibilidade propiciado pelos *media* a instituições, fatos e sujeitos da política e como esse “dar a ver” pode se tornar equivalente à credibilidade. Meios de comunicação impressos, eletrônicos e digitais informam e promovem, denunciam e vigiam a política, mas é da natureza desta obter a credibilidade necessária a representação e à governança (WEBER, 2006 p. 119).

Thompson (2011) avalia a importância que a luta pela visibilidade na esfera mediada adquiriu na sociedade contemporânea. De acordo com o autor, na publicidade tradicional de co-presença, as lutas pela visibilidade ocorriam na interação face a face. “Não havia meio de se fazer ouvir, senão através de palavras ou ações, proferidas ou representadas diante dos outros com quem se interagiu em contexto de co-presença” (THOMPSON, 2011, p. 310). Atualmente, a situação é outra, pois com o desenvolvimento da imprensa e dos novos meios

de comunicação, “lutas por reconhecimento se tornaram cada vez mais lutas pela visibilidade dentro de espaços não localizados de publicidade mediada” (THOMPSON, 2011, p. 310). Esta busca por inserção na mídia se refere justamente a legitimação que o campo midiático é capaz de outorgar aos demais campos sociais.

Para Mafra (2006, p. 40), no intuito de operar em conformidade com a lógica midiática, organizações e atores sociais se arranjam estrategicamente objetivando atrair a atenção dos públicos para suas ações. Por isso, o autor considera que “[...] a visibilidade não é um processo meramente espontâneo, pois envolve estratégias de composição e apresentação daquilo que se deseja mostrar”. Tendo isto em mente, os indivíduos podem compreender mais facilmente o processo de mobilização e tematização acerca de uma causa no espaço público. Em relação às estratégias de visibilidade abordadas por Mafra (2006) consideramos que um bom exemplo de composição e apresentação é o próprio cerimonial, organizado de tal forma que coloca alguns elementos em evidência ao passo em que outros permanecem na invisibilidade.

Para Silva, D. L. G. (2009, p. 36) a mídia é um local privilegiado de visibilidade, seja esta paga ou obtida por meio de estratégias de sedução, buscando a inserção no espaço midiático. “Cabe aos campos moldar os planejamentos mais adequados para que esta atratividade esteja garantida e, principalmente, adequada aos interesses dos promotores dos acontecimentos”.

Porém, Mafra (2006) leva em conta que a mídia não oferece espaço para todas as causas e temáticas e, por isso, as organizações e os sujeitos recorrem também a outras possibilidades de visibilidade e de construção de processo comunicativo com os públicos. Como exemplos, o autor cita recursos de comunicação estratégica e de relações públicas, tais como eventos públicos, passeatas, manifestações, ações educativas etc., que são utilizados “no intuito de obter visibilidade para suas causas, em diversos *espaços de visibilidade pública*” (MAFRA, 2006, p. 48) [grifo do autor]. Assim, o autor acredita que a visibilidade não pode ser relacionada apenas com a mídia, pois estes mecanismos também são capazes de atrair a atenção dos sujeitos para determinados assuntos. Os movimentos, projetos, eventos, cerimoniais são, também, tentativas de persuasão junto à opinião pública, “[...] sobretudo pela capacidade de se destacarem dos demais acontecimentos do cotidiano. O uso de diferentes estruturas de comunicação assegura o ‘aparecer’” (SILVA, D. L. G., 2009, p. 128).

Silva, D. L. G. (2009) também se refere à comunicação institucional como espaço de visibilidade pública. O autor considera que esta forma de visibilidade tem como principal vantagem o fato de ser controlada, uma vez que “é dominada por quem detém o comando de

sua divulgação” (SILVA, D. L. G., 2009, p. 128). Kegler e Barichello (2007) também percebem esta possibilidade quando dizem que, no espaço midiático, a sociedade e as organizações podem utilizar meios para gerenciar sua própria visibilidade. Segundo as autoras, nesse contexto “[...] as organizações são ativamente responsáveis tanto pela interação com a mídia, com vistas a dar visibilidade a seus princípios, como pela auto-gerência de sua representação, através de estratégias de comunicação organizacional” (KEGLER; BARICHELO, 2007, p. 11-12).

Alargando a relação da visibilidade para além da esfera midiática, Mafra (2006, p. 49) conceitua o espaço de visibilidade pública como “o espaço físico ou mediado, em que um determinado tema ou assunto torna-se visível e disponível para uma determinada coletividade”. O autor (2006, p. 49) apresenta cinco categorias possíveis para os espaços de visibilidade pública, sendo eles: a) midiático massivo, composto pelos grandes meios de comunicação de massa, com amplo alcance tanto em termos de audiência quanto em termos geográficos; b) midiático massivo local, que possui o mesmo caráter do midiático massivo, mas se difere quanto a abrangência, cujo território geográfico é mais restrito; c) dirigido, composto por veículos de comunicação direcionados a públicos específicos, adequando informações e linguagem para determinado segmento; d) presencial, um espaço compartilhado presencialmente (fisicamente) pelos indivíduos. É o caso dos eventos e das cerimônias; e, por fim, e) telemático, espaço possibilitado pela Internet, com alcance ilimitado. É composto por *sites*, fóruns, portais, *blogs*, rede sociais digitais etc.

Vimos que a administração da visibilidade possui uma importância central na atualidade, especialmente quando nos referimos à atores políticos. Em eventos e cerimônias, a visibilidade pode ser considerada uma forma de poder simbólico. A seguir, refletiremos sobre como a visibilidade pode ser utilizada como forma de poder para que instituições e atores sociais se sobressaiam perante os demais e construam sentidos a partir do seu capital simbólico e da sua visão de mundo.

1.4 VISIBILIDADE E PODER

Neste estudo consideramos a visibilidade dos atores sociais, mais especificamente dos agentes políticos, como forma de empoderamento simbólico frente aos demais. Estar visível significa ser (re)conhecido, ocupar lugar de destaque (na maioria das vezes), se sobressair perante os outros, “invisíveis”. A visibilidade também é uma forma de poder simbólico, pois,

de forma geral, não é percebida como um exercício de poder, deslocando-se ao nível de simbólica.

Weber (2007) considera o caráter simbólico do poder da visibilidade quando diz que, para o eleitor, a política não aparece de modo claro e ordenado. Ele recebe informações diversas, híbridas, provenientes de distintos sistemas de comunicação acerca do ator político. De acordo com a autora, o eleitor

[...] não poderá identificar que o poder de visibilidade e credibilidade [...] reside na hibridação entre o caráter persuasivo e informativo da sua comunicação e a dimensão institucional operacionalizada em atos e eventos de relações públicas; que a comunicação política do parlamento é regida pelas mídias próprias, relação com imprensa e produção de fatos e notícias a partir do discurso; que a informação gerada pelo partido é persuasiva; que são muitos os interesses em jogo (WEBER, 2007, p. 28).

A relação entre visibilidade e poder também pode ser pensada a partir das considerações de Silva, L. M. (2009) a respeito da “publicidade do poder” e do “poder da publicidade”, sendo que a publicidade é entendida aqui, novamente, no sentido de tornar algo/alguém visível, disponível para contemplação e apreciação pública. O autor distingue os conceitos de “publicidade do poder” e “poder da publicidade”, explicando que, enquanto a primeira está a serviço do poder político estabelecido, a segunda refere-se a transparência dos assuntos de interesse público, garantida por parte de uma instituição pública, num Estado democrático e republicano (SILVA, L. M., 2009, p. 188).

Em uma situação de “publicidade do poder”, a visibilidade é utilizada como instrumento estratégico de poder. A procura pela visibilidade por meio da posição de um agente político se dá como uma forma de “exibição hipertrofiada das virtudes e da imagem narcísica das pessoas dos governantes e de um Estado marcado por áreas de opacidade” (SILVA, L. M., 2009, p. 188).

Silva, L. M. (2009, p. 190) reitera que, com o amadurecimento da vida republicana, a publicidade oficial vem sendo regulamentada para evitar que agentes políticos utilizem de seu cargo público como forma de visibilidade para si mesmos em detrimento da coisa pública. Exemplo disto é a proibição da autopromoção de autoridades públicas com recursos públicos, prevista pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1998. Mesmo assim, agentes políticos ainda procuram utilizar sua posição e seu cargo como forma de ampliar sua visibilidade. Na maioria dos casos, esta busca por visibilidade se dá de maneira quase imperceptível – e, portanto, simbólica – como no caso das cerimônias oficiais, objetos de estudo desta pesquisa.

Da mesma forma que agentes políticos buscam a visibilidade para o exercício do poder simbólico, recorrem também a invisibilidade como forma de poder. Esta invisibilidade pode ser percebida nas importantes decisões ocultadas ao público, segredos, dentre outros (THOMPSON, 2011, p. 167). Silva, L. M. (2009, p. 183) concorda com Thompson a respeito do uso da invisibilidade quando diz que “o problema, no entanto, não estaria nos graus de desvelamento do Estado, mas no que o Estado – enquanto governo e poder – não se propõe a revelar”.

Thompson (2008) aponta para o caráter estratégico da visibilidade quando diz que

[...] nesse novo mundo de uma visibilidade mediada, o fato de tornar visíveis as ações e os acontecimentos não é meramente uma falha nos sistemas de comunicação e informação, cada vez mais difíceis de serem controlados. Trata-se de uma estratégia explícita por parte daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias (THOMPSON, 2008, p. 16).

Ainda para o autor, a visibilidade se torna importante, pois é uma forma de garantir o reconhecimento público, chamando a atenção das pessoas para uma determinada situação ou indivíduo. Ao contrário, a invisibilidade, quando não intencional, pode levar organizações, acontecimentos ou pessoas à obscuridade – tudo que os agentes políticos não desejam para si.

De acordo com Thompson (2008, p. 37) a visibilidade “se tornou o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam”. Esta importância se amplia quando nos referimos a visibilidade mediada, que tornou-se muito mais do que um meio de divulgação de informações, ocupando papel central nas sociedades atuais.

Maria Helena Weber (2006) também fala sobre a apropriação estratégica da visibilidade. De acordo com a autora,

[...] da espontaneidade do olhar à fabricação da visibilidade, desde sempre a humanidade se debruça sobre o poder de poder ver, de apreender. Mas sempre se surpreenderá com a complexa construção de visibilidades dirigidas à obtenção de credibilidade (WEBER, 2006, p. 118).

Neste processo, Weber (2006) destaca o papel central da mídia, pois organizações e sujeitos criam estruturas de comunicação para atraírem os olhares e as pautas midiáticas para si. Principalmente em relação ao campo político, a autora diz que este “[...] tem meios e investimentos sofisticados para se comunicar, para obter visibilidade, mas é no espaço público da mídia que essa visibilidade provoca credibilidade. É o outro falando” (WEBER, 2006, p. 127).

2 O CERIMONIAL COMO FORMA DE PODER SIMBÓLICO

Este capítulo tem por finalidade abordar o conceito de cerimonial e como ele pode ser pensado e gerenciado estrategicamente, como forma de comunicação, pelos profissionais de Relações Públicas. Primeiramente, apresentamos as definições e a diferenciação entre os conceitos de cerimonial, protocolo e etiqueta. Além disso, fazemos um resgate histórico de como o cerimonial vem sendo construído e utilizado, ganhando importância nas mais diversas civilizações ao longo dos séculos.

Abordaremos, também, os conceitos e definições relacionadas ao cerimonial público. Após, de forma mais específica, introduzimos o estudo sobre o cerimonial legislativo, objeto desta pesquisa, abordando as regulamentações que o regem, seus princípios, funções e usos principais.

Ainda neste capítulo, propomos uma reflexão acerca do cerimonial a partir do viés da Sociologia. Para tanto, utilizamos como embasamento principal a proposta de Kegler (2011) que, a partir de autores como Roberto DaMatta e Rita Amaral, pensa o evento além da técnica, ressaltando seu potencial enquanto forma de comunicação e construção de sentidos.

Por fim, apresentamos o postulado teórico que guiará esta pesquisa: a relação entre os conceitos de cerimonial, visibilidade e poder simbólico. É a partir destas teorias que pensaremos a problemática desta pesquisa, buscando verificar de que maneira o cerimonial é utilizado como forma de visibilidade e poder simbólico no âmbito do Poder Legislativo.

2.1 O CERIMONIAL: CONCEITOS E HISTÓRIA

As cerimônias fazem parte da vida da maioria das pessoas. Nelas, o cerimonial tem como função ordenar os acontecimentos, conferindo ritmo e harmonia. Junto com o protocolo, a etiqueta, a precedência e demais componentes relacionados, o cerimonial é imprescindível para o bom andamento de um evento.

O Manual de Cerimonial Legislativo, do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB (2014), assinala que as práticas e formas de comportamento e relacionamento dos homens ao longo do tempo formam um conjunto de hábitos diretamente relacionados, constituindo o que a maioria das pessoas denomina cerimonial, protocolo e etiqueta. Mas, tais conceitos são, erroneamente, empregados como sinônimos.

Os três códigos foram estruturados a partir de relações humanas, tendo por base os costumes aceitos por determinada sociedade, num determinado período histórico. Além disso,

também possuem o objetivo comum de “sistematizar as relações sociais, servindo de parâmetro para a atuação dos indivíduos, organizações e governos” (ILB, 2014, p. 10). Apesar disto, possuem distinções significativas.

De acordo com Luz (2005, p. 5), a palavra cerimonial é relativa à cerimônias e deriva do latim *caeremonia*. Para a autora, o cerimonial pode ser definido como “o conjunto de formalidades regulamentadas por lei, tradição, usos ou costumes, que se devem observar num ato solene ou festa pública, quer seja de um culto religioso ou atividade profana” (p. 5). Schneider (1985, p. 9) possui o mesmo entendimento, conceituando cerimonial como “a rigorosa observância de certas formalidades em eventos oficiais, entre autoridades nacionais ou estrangeiras”.

O cerimonial é o roteiro do evento, estabelece a ordem e a sequência dos acontecimentos. O Manual de Eventos do Senado Federal (2013, p. 159-160) diz que os cerimoniais têm, também, a responsabilidade de harmonizar as relações dos participantes de um evento, “respeitando os níveis hierárquicos das autoridades presentes, utilizando adequadamente a ordem de precedência, o posicionamento das autoridades e a forma de tratamento”.

O protocolo, de acordo com Schneider (1985, p. 9), “é a ordem hierárquica que determina as regras de conduta aos governos e seus representantes em ocasiões oficiais ou particulares”. O protocolo é determinado por leis e regulamentações. No Brasil, temos como principal referência o Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência. Tal Decreto será analisado com mais detalhes posteriormente.

De acordo com o Manual de Eventos do Senado Federal (2013, p. 160), o protocolo regulamenta o cerimonial. É “um sistema de cortesia que garante as prerrogativas dos participantes. Refere-se tanto às práticas adotadas por um país no relacionamento com as nações estrangeiras quanto às práticas internas do governo”. Para Luz (2005, p. 4) o protocolo dá a cada pessoa os privilégios a que tem direito, sendo necessário em tudo que esteja vinculado ao relacionamento entre nações, entre empresas, entre autoridades e pessoas. A autora considera que sua aplicação é a melhor maneira de superar os inconvenientes em determinadas situações.

Outro conceito com ligação direta ao cerimonial e ao protocolo é a etiqueta. A etiqueta é um sistema de normas e códigos que tem por objetivo delimitar as formas mais adequadas de conviver em sociedade (SENADO FEDERAL, 2013, p. 160). Ela aborda aspectos como vestuário, alimentação, maneiras de convidar e ser convidado, comunicação pelo uso da

linguagem escrita, oral e gestual, dentre outras particularidades, tendo como objetivo principal conferir harmonia e agradabilidade ao convívio social. O Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 11) traz o conceito de Lins (1995, p. 25) a respeito da etiqueta: “é um fenômeno de cultura popular. Os ingredientes culturais da etiqueta são a cordialidade e a hospitalidade”.

Para Luz (2005, p. 6) a etiqueta refere-se ao tratamento formal entre as pessoas, tratamento este que deve ser diferente daquele que se usa nas relações mais íntimas e familiares. Para a autora, o conhecimento das normas e princípios de etiqueta nos ajuda a guiar nosso comportamento na esfera social, facilitando nossa relação com os demais e auxiliando-nos a ter uma correta conduta social, em todos os momentos em que seja necessário.

Uma clara síntese das distinções entre os conceitos de cerimonial, protocolo e etiqueta é feita por Luz (2005, p. 7). Para a autora, o cerimonial se refere às “formas comuns de atos solenes e formais, públicos ou privados”. Enquanto isso, o termo protocolo se relaciona com as normas que devem ser observadas em atos oficiais. Por fim, a etiqueta corresponde mais à conduta do indivíduo, ao seu comportamento em relação aos demais, especialmente nos ambientes formais.

O Manual de Eventos do Senado Federal também faz um breve apanhado dos conceitos. “Entende-se que o cerimonial determina a sequência dos acontecimentos de um evento. O protocolo é a legislação que coordena o cerimonial. E a etiqueta se concentra no comportamento dos participantes do evento” (SENADO FEDERAL, 2013, p. 160).

Outro conceito muito importante, elemento-chave na atividade de cerimonial, é o de precedência. Conforme indica Luz (2005, p. 11), “precedência significa que tem prioridade, que precede ou vai adiante, ou que está antes em uma ordem determinada. Relaciona-se ao conceito de presidir, predominar, de ocupar o primeiro lugar em um grupo de pessoas”. No Brasil, a precedência também é determinada pelo Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972, que analisaremos adiante.

De acordo com o Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 19), a precedência, ao longo da história, foi motivo de conflitos e disputas entre civilizações e autoridades. Até o século XIX, a precedência foi estabelecida pelo critério da força (individual ou do grupo) ou pelo critério do poder econômico. Ambos estão em desuso. Dentre os critérios mais utilizados atualmente, segundo o Manual (ILB, 2014, p. 21-20) estão: a) hierárquico, que como o próprio nome denota, hierarquiza os membros de uma determinada estrutura. É aplicado com rigor em instituições como as Forças Armadas e a Igreja Católica; b) antiguidade histórica, em

que a data de criação das organizações ou unidades administrativas determina a precedência; c) cultural, concedendo a precedência em função do grau de conhecimento acadêmico ou de relevância cultural; d) idade, em que o mais idoso precede o mais jovem; e) ordem alfabética, considerado o critério mais simples e prático em razão da sua objetividade.

Associado à compreensão de precedência está o conceito de primazia, que para David (apud OLIVEIRA, 2011, p. 35) é uma referência abstrata e imaginária ao lugar de honra ocupado por alguém que detém um cargo de relevância. Nas precedências, toma-se como princípio o que Luz (2005, p. 15) denomina “primazia da direita”, ou seja, o lugar de honra é aquele à direita do anfitrião, da máxima autoridade presente ou do ponto central de referência do local. “A localização mais importante é a central, chamada ponto 0. A partir desse ponto serão determinadas as precedências, ou seja, que o ponto 0 não é incluído no ordenamento” (LUZ, 2005, p. 15). A exceção fica com os países muçulmanos, que consideram o lado esquerdo como lugar de honra. Conforme Speers (apud ILB, 2014, p. 33) desde os tempos antigos a direita foi considerada como a posição preferida. Na antiga Roma, previam-se bons e maus presságios, observando-se se uma ave dirigia-se, respectivamente, para a direita (bons) ou para a esquerda (maus).

Por fim, outra definição que pode ser confundida com a precedência e a primazia é a presidência. Para Oliveira (2011, p. 36), a presidência, no cerimonial, “é o ato de conduzir uma solenidade [...]”. Luz (2005, p. 16) complementa dizendo que “quem preside é quem organiza, convoca, recebe ou dirige o ato e despede-se dos convidados”. Na maioria dos casos, a precedência e a presidência pertencerão à mesma pessoa (OLIVEIRA, 2011, p. 36).

Tanto o cerimonial e o protocolo, quanto a etiqueta e a ordem de precedência devem receber atenção especial por parte de quem organiza uma cerimônia ou evento. Além disso, como ressalta o Manual de Eventos do Senado Federal, o trabalho com cerimonial não significa uma rotina. Pelo contrário, “depende da circunstância do ato solene e especialmente do bom senso dos organizadores do evento” (SENADO FEDERAL, 2013, p. 160).

O cerimonial não é algo recente. Seus primeiros registros remontam às antigas civilizações (egípcias, grega, romana, chinesa, celta, europeia, dentre outras). Segundo o Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 5) nestas civilizações já se encontravam sistemas estruturados e rígidos de cerimonial, com códigos normas e preceitos voltados ao dia a dia das cortes, da burocracia oficial e, dependendo do caso, até ao cidadão comum. Os autores lembram que nas civilizações antigas, reis e imperadores eram vistos como a própria representação de Deus na terra, fato que conferia grande complexidade aos rituais e cerimônias.

Segundo Lukower (apud OLIVEIRA, 2011, p. 23) muito antes da descoberta do fogo e da roda, os homens sentavam-se em clãs para realizarem suas refeições, demonstrando que já havia uma hierarquia a ser respeitada. Além disso, existem registros do terceiro milênio antes de Cristo de um cerimonial estabelecido para encontros com o rei e banquetes no palácio principal (ILB, 2014, p. 6).

No antigo Egito também se destacavam rituais e protocolos, seguidos em diversos momentos da vida dos egípcios, desde os nascimentos, coroações, guerras e até mortes (OLIVEIRA, 2011, p. 23). De acordo com Corrêa (2010, p. 9), as cerimônias de cunho religioso e civil contavam com a participação do Faraó, existindo uma hierarquia bem definida entre os sacerdotes e a corte em geral. Além disso, conforme Oliveira (2011, p. 23-24) o relacionamento com outros países, como revelaram alguns documentos da época, era regulado por normas protocolares, de forma a garantir o bem viver e usufruir a natureza de seus trabalhos.

Outros exemplos de cerimonial podem ser encontrados entre os filósofos, pensadores e tribunos do Império Romano. Segundo Oliveira (2011, p. 24), “eles viviam em castas e o papel de cada um era definido de acordo com as normas e os protocolos. O não cumprimento dessas determinações resultava em castigos severos”. Corrêa (2010, p. 9) também aponta para o cerimonial presente nas civilizações romana e grega, intimamente ligado às crenças da época, segundo o autor. Como exemplo, podemos tomar o cerimonial grego nas Olimpíadas e o cerimonial romano à entrada triunfal dos vencedores nas cidades.

Um dos sistemas mais completos e complexos de cerimonial reconhecido nas civilizações antigas é o da China do século XII a.C. O Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 7) coloca que os chineses, no passado, foram os grandes mestres da área de cerimonial, preocupando-se em ordenar tanto a vida da corte quanto a dos cidadãos comuns. Prova disto é a primeira compilação acerca de cerimonial e etiqueta, encontrada na China, e considerada o documento mais antigo sobre o assunto (OLIVEIRA, 2011, p. 24). O documento, de acordo com Speers (apud ILB, 2014, p. 7) era dividido em 17 livros e tratava “do ritual a ser observado nas cerimônias religiosas e profanas”.

Os celtas (600 a.C.) também possuíam um protocolo extremamente rígido para orientar a disposição dos participantes de um banquete: membros de alta nobreza, em primeiro lugar, seguidos pelos mais corajosos, mais ricos e melhores contadores de histórias (ILB, 2014, p. 7).

O cerimonial também esteve muito presente nas cortes feudais da Idade Média. Estas constituíram um cerimonial cheio de ostentação e pompa, principalmente na Itália, Áustria,

Espanha e França. Foi na França, inclusive, à época dos Reis Luíses, que o cerimonial e a etiqueta foram apurados, esta última expandindo-se para outros países da Europa e servindo como modelo para boa parte das civilizações em todos os continentes ainda hoje (CORRÊA, 2010, p. 9).

A Revolução Industrial foi um evento que afetou diretamente as normas de cerimonial e protocolo, de acordo com o Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 8). Isso se deve à “crise das elites e o aparecimento dos regimes republicanos, que mudaram não só os regimes de governo, mas também alteraram as normas de convívio social para um ordenamento menos formal [...]”.

No decorrer dos séculos XX e XXI, as normas protocolares e de cerimonial foram ainda mais alteradas, principalmente devido ao desenvolvimento e influência da mídia no dia a dia dos indivíduos, ao processo de globalização e o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação. Todos estes fatores suscitaram em uma maior interação entre as pessoas e na aproximação das nações (ILB, 2014, p. 8).

No Brasil, o cerimonial foi introduzido já em seu descobrimento, trazido pelos colonizadores portugueses. Segundo Freitas (apud OLIVEIRA, 2011, p. 19) “os portugueses procuraram estabelecer regras para o convívio social, com a finalidade de marcar historicamente sua presença e assegurar a posse para a coroa”.

Mais tarde, com a chegada da família real do Brasil, o grande cerimonial da corte também foi trazido ao país (OLIVEIRA, 2011, p. 20). De acordo com a autora, uma das mais significativas cerimônias realizadas nesta época foi a coroação e sagração, no dia 1º de dezembro de 1822, de D. Pedro I como regente e encarregado do governo geral e da administração do então Reino Unido do Brasil.

Mesmo após a República dissolver a Corte, as rigorosas práticas protocolares tiveram continuidade. De acordo com Lins (apud OLIVEIRA, 2011, p. 21) as correntes francesa e inglesa continuam presentes no cerimonial brasileiro e as influências da monarquia podem ser identificadas em várias eventos tradicionais do país, como no carnaval, “em que as fantasias, adereços, coreografias, gestos e símbolos evocam as cortes e as deferências do cortesão nas figuras do mestre-sala e da porta-bandeira”.

Como vimos anteriormente, os valores que a sociedade estabelece como padrão de conduta oferecem a base para o cerimonial e o protocolo. Para Lins (1991) os usos e costumes considerados historicamente benéficos ao grupo e às suas relações com os demais grupos podem ser assumidos como normas e regras de conduta.

Nesse conjunto de preceitos estão em geral incluídas regras de asseio e de higiene, bom-tom à mesa, respeito entre as pessoas para preservar a estrutura social, culto aos antepassados e, finalmente, honras aos deuses ou aos espíritos, ao rei e às autoridades (LINS, 1991, p. 27).

Lins (apud ILB, 2014, p. 13) considera duas funções humanas que, para ele, fundamentam as ações de protocolo e cerimonial: alimentação e vestuário. Segundo o autor, o ato de se alimentar tornou-se muito mais do que uma questão de sobrevivência. As sociedades, ao longo do tempo, foram desenvolvendo rituais e atribuindo significados à alimentação. Da mesma forma, no ato de se vestir, devem ser observadas questões como o estilo e qualidade das vestimentas, as roupas corretas para determinadas ocasiões e os sinais distintivos (LINS apud ILB, 2014, p. 14).

Lins (1991, p. 30-31) também elenca as principais funções do cerimonial e do protocolo durante a solenidade de um evento, tais como: a) ritual, definindo precedências, gestos, honrarias, preceitos, privilégios e símbolos do poder; b) semiológica, pois prevê a linguagem formal, internacional e diplomática e as formas de cortesia, de etiqueta, de tratamento, de redação e de expressão oficial; c) legislativa, codificando a legislação, as regras, costumes e preceitos em normas de protocolo, no plano externo e interno; d) gratuita, quando permeados por frivolidades que podem causar disfunção e descaracterizar a etiqueta; e e) pedagógica, pois comunica e ensina valores, formas de etiqueta e boas maneiras, de acordo com cada cultura e civilização, comunidade ou organizações.

Pinheiro indica funções semelhantes para o cerimonial, sendo elas: de ensino, legal, de tratamento e de ritual.

A função de ensino tem por objetivo aspectos relacionados à cultura inerentes às determinadas civilizações. No aspecto legislativo, com o Decreto 70274/72 [por exemplo], foram codificados regras e preceitos a serem observados em todos os eventos formais nacionais. Em relação ao tratamento, o cerimonial aborda a linguagem protocolar e formas de conduta, bem como a cortesia, redação e expressão oficial e diplomática. A função de ritual é a mais importante e engloba precedência, símbolos de poder, horários, privilégios, além de gestos e preceitos [...] (PINHEIRO, 2012, p. 10).

O cerimonial, sob o viés das Relações Públicas, pode ser pensado como um veículo de comunicação dirigida aproximativa, pois há interação presencial (BARBOSA, 2009). Por possibilitar uma comunicação direta, o cerimonial, se utilizado de forma estratégica, também ajuda a construir uma imagem positiva nos públicos acerca das organizações. É por isso que a atividade de cerimonial tem relação direta com as Relações Públicas. Estas, no contexto da

comunicação organizacional, visam gerir o relacionamento das organizações com seus públicos de interesse, buscando sempre a cooperação mútua.

Para Cesca (1997, p. 14), o profissional de Relações Públicas, ao conduzir um evento ou cerimonial, objetiva cuidar e construir um bom conceito da empresa. Por essa razão, a autora também concorda que a atividade de eventos e de cerimonial é muito apropriada para ser desenvolvida pelos relações-públicas. Um cerimonial não pode ser algo isolado. Como ação comunicativa que é, deve estar inserido em um planejamento maior e aliado aos objetivos globais da organização. Somente desta forma poderá ser estratégico.

Para Giácomo (apud CESCO, 2008, p. 14-15) o evento deve ser considerado também como uma estratégia de comunicação e o relações-públicas, como especialista em públicos e nas formas diversificadas de estabelecer comunicação com eles, desempenha muito bem essa função. O mesmo se aplica ao cerimonial, já que este é intrínseco a maior parte dos eventos formais.

No caso das instituições públicas, como os órgãos do Poder Legislativo, os eventos também são ferramentas importantes de mobilização e informação de públicos específicos. Conforme a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República⁶, o evento pode ser visto como o início de um processo de comunicação do governo com a sociedade, contribuindo para a promoção de uma imagem positiva junto à opinião pública, reduzindo barreiras de comunicação e aproximando Estado e sociedade e ampliando o nível de conhecimento acerca das temáticas trabalhadas.

Vimos os conceitos, a história e como o cerimonial pode ser utilizado em diversas funções. Existem, também, vários tipos de cerimonial, como o cerimonial universitário, o cerimonial público, o cerimonial social, dentre outros. A seguir, nos detemos em explicar o cerimonial público legislativo, objeto deste estudo.

2.2 CERIMONIAL PÚBLICO NO PODER LEGISLATIVO

O cerimonial legislativo, juntamente com o cerimonial realizado no âmbito do Poder Executivo (nos níveis federal, estadual e municipal), no Poder Judiciário (nos níveis federal e estadual) e no âmbito militar, é parte integrante do Cerimonial Público, inclusive seguindo as principais normas deste.

⁶ Informação disponível no site da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República <<http://www.secom.gov.br/atuacao/eventos>> Acesso em 21 de outubro de 2015.

Luz (2005, p. 7) caracteriza cerimonial público como aquele que normatiza o trato entre as Nações e determina os cuidados que devem ser observados nas relações formais entre autoridades no próprio território nacional. O cerimonial público tratará das normas protocolares que regem as cerimônias oficiais, incluindo precedências, honras, utilização correta dos símbolos nacionais (Bandeira Nacional, Hino Nacional, Armas Nacionais e o Selo Nacional), dentre outras questões.

De acordo com Rodolfo Urquiza (apud LUZ, 2005, p. 9), o cerimonial público está fundamentado no princípio universal de “igualdade jurídica dos Estados e a reciprocidade no trato”. Tal princípio tem origem na igualdade entre monarquias, instituída pelo Congresso de Vestfália, no ano de 1648 (LUZ, 2005, p. 12).

Conforme o Manual de Eventos do Senado Federal (2013) ainda não há nenhuma regulamentação específica para o cerimonial legislativo em geral⁷. Por isso, adota-se como base normativa o Decreto n.º 70.274 (1972), que aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência para a República Federativa do Brasil. As normas estabelecidas por este Decreto deverão ser utilizadas em todas as solenidades oficiais realizadas na Capital Federal, nos Estados, nos Territórios Federais e nas Missões diplomáticas do país.

O Decreto n.º 70.274 (1972) foi elaborado para atualizar o anterior, que data do ano de 1948. No primeiro capítulo, a determinação traz diretrizes referentes à precedência entre as principais autoridades do país (ocupantes inativos e em exercício) em cerimônias que possam vir a ocorrer nos níveis federal, estadual e municipal. Além disso, regula a precedência entre autoridades e personalidades nacionais e estrangeiras, as representações em cerimônias oficiais e o uso dos símbolos nacionais. Nos capítulos que seguem, o Decreto também aborda como deve ocorrer a cerimônia de posse do Presidente da República, as visitas deste e seu comparecimento a cerimônias oficiais, as providências a serem tomadas em caso de visitas de Chefes de Estado Estrangeiros e Chefes de Missão Diplomática, e as instruções em caso de falecimento do Presidente da República, de autoridades civis ou militares e de Chefes de Estado ou Chefe de Missão Diplomática Estrangeiro. Por fim, o Decreto trata ainda do uso de condecorações e medalhas em solenidades promovidas pelo Governo da União.

⁷ Com exceção da Câmara dos Deputados, que possui o Ato da Mesa nº 70/2013 como documento que estabelece as normas protocolares e a ordem geral de precedência do órgão.

DECRETO 70.274/72	
CAP. 1	Das precedências
CAP. 2	Da Posse do(a) Presidente da República
CAP. 3 e 4	Visitas e Cerimônias Oficiais
CAP. 5 e 6	Visitas de Autoridades Estrangeiras
CAP. 7, 8, 9 e 10	Falecimento do(a) Presidente e/ou de Autoridades (Nacionais ou Estrangeiras)
CAP. 12	Condecorações
ANEXO	Ordem Geral de Precedência

Figura 1: Capítulos do Decreto 70.274/72, que aprova as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência para o Brasil. Fonte: própria autora.

Dentre os princípios gerais de precedência, abordados no Capítulo 1 do Decreto n.º 70.274, pode-se destacar os seguintes: a) “o Presidente da República presidirá sempre a cerimônia a que comparecer” (Art. 1º); b) a precedência entre os Ministérios, assim como entre as unidades federativas⁸, é definida pelo critério histórico de criação (Art. 4º e Art. 8º); c) nas unidades federativas, “o Governador presidirá às solenidades a que comparecer, salvo as dos Poderes Legislativo e Judiciário e as de caráter exclusivamente militar, nas quais será observado o respectivo cerimonial” (Art. 6º); d) “a precedência entre membros do Congresso Nacional e entre membros das Assembleias Legislativas é determinada pela ordem de criação da unidade federativa a que pertencam”. Quando dentro da mesma unidade federativa, a precedência se dará pelos critérios de idade ou data de diplomação (Art. 9º); e) “nos Municípios, o Prefeito presidirá as solenidades municipais” (Art. 10); f) “quando o Presidente

⁸ Consideram-se unidades federativas, de acordo com o Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972, os Estados, Distrito Federal e os Territórios nacionais.

da República se fizer representar em solenidade ou cerimônias, o lugar que compete a seu representante é à direita da autoridade que as presidir” (Art. 18); g) “do mesmo modo, os representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário, quando membros dos referidos Poderes, terão a colocação que compete aos respectivos Presidentes” (§ 1º, Art. 18).

O Decreto também contém listas com a ordem geral de precedência prevista para três casos: 1) cerimônias oficiais de caráter federal na Capital da República; 2) cerimônias oficiais, nos Estados da União, com a presença de autoridades federais; e 3) cerimônias oficiais, de caráter estadual.

Algumas unidades federativas possuem legislação própria para suas cerimônias oficiais. É o caso do Estado do Rio Grande do Sul, com o Decreto nº 30.012, de 31 de dezembro de 1980, que aprova as Normas de Cerimonial Público Estadual. Embora tal regulamentação seja específica para o Estado do Rio Grande do Sul, tem seu fundamento no Decreto n.º 70.274, respeitando, inclusive, suas principais determinações, como é o caso, por exemplo, da prescrição de que o Presidente da República irá sempre presidir a cerimônia a que comparecer, mesmo que esta ocorra dentro dos limites do território rio-grandense (Art. 1º do Decreto 30.012). Além da precedência, o Decreto Estadual também formaliza as representações, o uso dos símbolos nacionais e estaduais (Hino Nacional e Rio-Grandense, Bandeira Nacional e Estadual), as cerimônias de posse do Governador e de transmissão dos cargos de Secretários de Estado. Além disso, aborda as regras que deverão ser observadas em visitas do Governador do Estado e seu acompanhamento a Solenidades, em visitas do Presidente da República, Ministro de Estado, Governadores de outras unidades federativas, Chefes de Missões Estrangeiras e demais autoridades ao Rio Grande do Sul, a forma de relacionamento com representações consulares e as instruções para o caso de falecimento do Presidente da República, do Governador do Estado ou de outra Alta Autoridade.

DECRETO Nº 30.012/80	
TÍTULO 1	<ul style="list-style-type: none"> - Seção 1: Precedência - Seção 2: Representação
TÍTULO 2	<ul style="list-style-type: none"> - Seção 2: Hinos (Nacional e Rio-Grandense) - Seção 3: Bandeiras (Nacional e Estadual)
TÍTULO 3	<ul style="list-style-type: none"> - Seção 1: Compromissos e Posse do Governador - Seção 2: Nomeação de Secretários de Estado - Seção 3: Transmissão de Cargos - Seção 4: Transmissão temporária de poder
TÍTULO 4	<ul style="list-style-type: none"> - Seção 1: Visitas do Governador - Seção 2: Acompanhamento do Gov. a Solenidades
TÍTULO 5	<ul style="list-style-type: none"> - Seções 1, 2, 3, 4 e 5: Visitas ao Estado - Seção 6: Relações com Representantes Consulares
TÍTULO 6	<ul style="list-style-type: none"> - Seções 1, 2 e 3: Falecimentos

Figura 2: Seções do Decreto nº 30.012/80, que aprova as Normas de Cerimonial Público do Estado do Rio Grande do Sul. Fonte: própria autora.

O município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde situa-se a Câmara de Vereadores estudada, não possui legislação específica sobre o tema. Porém, a Câmara de Vereadores de Santa Maria possui regulamentações específicas para nortear cada um de seus eventos e cerimônias. Tais regulamentações serão explicadas no próximo capítulo, conforme as Sessões Solenes que compõem o corpus dessa pesquisa.

O cerimonial legislativo realiza-se nas Casas Legislativas em nível federal, estadual e municipal, sendo elas: Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de Vereadores. Conforme já mencionado, as cerimônias do Poder Legislativo obedecem ao Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972. A precedência no âmbito legislativo está determinada no artigo 9º do referido Decreto. Sendo assim, de acordo com o Manual de Cerimonial Legislativo (ILB, 2014, p. 30), a precedência entre parlamentares no Legislativo Brasileiro ficará estabelecida da seguinte

forma: 1) Presidente do Congresso Nacional (cargo ocupado, automaticamente, pelo Presidente do Senado Federal); 2) Presidente da Câmara dos Deputados; 3) Senadores; 4) Deputados Federais; 5) Presidentes das Assembleias Legislativas; 6) Deputados Estaduais; 7) Presidentes das Câmaras Municipais; e 8) Vereadores. O Manual de Cerimonial Legislativo (2014, p. 30) destaca ainda que tal ordenamento não significa nenhum tipo de subordinação tendo em vista que os Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal são independentes entre si.

Os principais eventos e cerimônias realizados no âmbito do Poder Legislativo dependem de cada Casa. De forma geral, os eventos realizados pelo Poder Legislativo são aqueles previstos em Lei (sessões plenárias), eventos culturais e de cunho educativo e, ainda, eventos de caráter mais informal, como os de caráter comemorativo, tendo o público interno como público-alvo. Para apresentar os eventos e cerimônias mais comuns a todas as Casas Legislativas, em nível federal, estadual e municipal⁹, utilizamos a categorização proposta pelo Manual de Eventos do Senado Federal (2013), que classifica os eventos em eventos protocolares, eventos técnico-científicos, eventos de capacitação e treinamento, eventos de socialização e integração e eventos promocionais, inaugurações e lançamentos.

Os eventos protocolares são de natureza institucional e estão previstos pela própria Constituição Federal de 1988 (Art. 78) além de constarem nos Regimentos Internos das Casas Legislativas. Dentre os eventos protocolares estão as sessões plenárias – ordinárias ou extraordinárias, especiais, conjuntas ou conjuntas solenes (no caso do Senado e da Câmara dos Deputados) –, as sessões solenes de posse do Presidente da República, em nível federal, do Governador, em nível Estadual, e do Prefeito, em nível municipal, as solenidades de posse dos próprios senadores, deputados ou vereadores, as celebrações de datas cívicas, o descerramento de bustos, placas e aposição de retratos, as entregas de prêmios, diplomas e/ou comendas, assinaturas de atos, convênios e/ou contratos, os eventos religiosos (como atos ecumênicos e cerimônias fúnebres). Nos eventos protocolares é que o cerimonial e o protocolo são seguidos com mais rigor, com uma rígida observância das normas por parte do cerimonialista ou responsável pela organização do evento.

Os eventos técnico-científicos são aqueles que “têm por objetivo transmitir conhecimentos técnicos a um ou mais públicos segmentados para promover a reciclagem e a atualização dos profissionais” (SENADO FEDERAL, 2013, p. 119). Tais eventos podem ser

⁹ Esta classificação é realizada de forma generalizada. Compreendemos que algumas Casas Legislativas, especialmente as Câmaras de Vereadores, em nível municipal, não contemplarão todos os tipos de eventos aqui mencionados.

voltados a estudantes, profissionais, especialistas ou interessados em se aprofundar em determinado tema, abertos ou restritos à participação pública. Dentre os eventos técnico-científicos estão os colóquios, conferências, congressos, fóruns, mesas-redondas, painéis, reuniões, seminários, simpósios e videoconferências.

Como o próprio nome já denota, os eventos de capacitação e treinamento têm como objetivo capacitar e treinar profissionais, em especial os servidores das Casas Legislativas, objetivando a reciclagem, o aprimoramento e o desenvolvimento de habilidades para o desempenho do trabalho (SENADO FEDERAL, 2013, p. 133). Destacam-se, nesta categoria, os cursos, palestras e *workshops*.

Os eventos de socialização e integração têm como principais finalidades a motivação dos funcionários por meio de confraternizações e integração entre eles, o registro de datas significativas para a instituição e seus funcionários e a comemoração de prêmios conquistados por funcionários de modo a valorizar sua atuação (SENADO FEDERAL, 2013, p. 141). Dentre os eventos de socialização e integração estão os almoços e/ou jantares, o *brunch*, o café da manhã, os coquetéis e os *happy hours*.

Por fim, na categoria de eventos promocionais, inaugurações e lançamentos enquadram-se os eventos destinados a apresentar e expor bens, produtos e serviços desenvolvidos pelas Casas Legislativas. Destacam-se as feiras e exposições, salões ou mostras, as inaugurações de novas instalações, lançamentos de campanha, produtos e serviços, próprios das Casas Legislativas ou de outras instituições, quando atendam ao interesse público. É o caso, por exemplo, de quando a Casa Legislativa cede espaço para a realização de exposições de artistas locais.

2.3 CERIMONIAL: ENTRE O SOCIAL E O TÉCNICO

Conforme mencionado anteriormente, dentre as funções que exerce o cerimonial está a função de ritual. A função de ritual é a mais importante, segundo Pinheiro (2012, p. 10), englobando questões de precedência, símbolos de poder, horários, privilégios, gestos e preceitos. Portanto, essa função relaciona-se com questões simbólicas, socialmente determinadas e dotadas de sentido.

Partindo da função ritual do cerimonial, utilizaremos as reflexões teóricas elaboradas por Kegler (2011) a respeito de uma dimensão social do evento, atrelada a sua dimensão técnica, pensando a cerimônia em sua capacidade comunicativa e construtora de sentidos. A escolha se justifica, pois a proposta da autora assemelha-se muito com o que buscamos aqui,

ou seja, visualizar e compreender o potencial comunicativo e social de um evento aliado a sua dimensão técnica. Entendido desta forma, o evento (ou a cerimônia) pode ser percebido em seu caráter estratégico, “enquanto uma construção social com intencionalidades e arbitrariedades [...]” (KEGLER, 2011, p. 112).

Barbosa (2009) afirma que os profissionais de Relações Públicas devem enxergar as cerimônias em sua capacidade de estabelecer relacionamentos entre instituições, grupos e/ou pessoas. “Ao lançar o olhar sob o viés antropológico, o profissional de Relações Públicas amplia suas referências e aprofunda o domínio sobre o ato de solenizar” (BARBOSA, 2009, p. 1).

Kegler (2011) utiliza como aporte teórico principal em suas reflexões a obra de Roberto DaMatta (1997), que oferece uma compreensão sociológica do ritual com base no contexto brasileiro. A partir de DaMatta (apud KEGLER, 2011, p. 114) entende-se que o ritual carrega os valores, atributos, ideais e esperanças de uma comunidade.

Para DaMatta (apud KEGLER, 2011, p. 113) um evento envolve uma clara separação entre o rotineiro e o extraordinário. Essa passagem, de acordo com o autor, é marcada pela mudança de comportamento, papéis, vestimentas, horários etc. Kegler (2011, p. 114) interpreta que o evento não é um momento de alienação dos participantes e deve ser concebido como algo além de um mero deslocamento da rotina. Ele pode ser organizado pelos próprios atores em função de seus objetivos. “[...] em torno da festa, atores e instituições sociais desenvolvem estratégias comunicativas em busca de visibilidade e legitimidade [...]” (KEGLER, 2011, p. 111).

DaMatta (apud KEGLER, 2011, p. 115) fala das relações de poder inscritas nos rituais. Segundo o autor, as normas seguidas pelo cerimonial distanciam as autoridades do público, criam diferenças entre fracos e fortes ou mesmo são utilizadas para repetir os elementos da estrutura social vigente.¹⁰ Desta forma, os eventos servem, também, para criar e manter relações de poder, tendo em vista que todo cerimonial é permeado por regras e delimitações que definem posições ou papéis de maior ou menor destaque dentro das cerimônias. “Há sempre um centro controlado por alguém ou alguns ao redor do qual ocorrem as ações que constituem a festa e legitimam as mais variadas atuações sociais, situadas dentro ou fora deste centro” (DAMATTA apud KEGLER, 2011, p. 115).

¹⁰ Esta compreensão de DaMatta a respeito dos rituais e das cerimônias remete ao conceito de institucionalização, de Berger e Luckmann (2011). Segundo os autores, para que ocorra a institucionalização, se faz necessária uma situação social duradoura, de repetição, em que os indivíduos e seus hábitos se entrelacem.

DaMatta (apud KEGLER, 2011, p. 116) também fala que o grupo realizador do evento representa a totalidade da comunidade onde está inserido. Porém, sempre existem grupos marginalizados que podem não se sentirem representados. Mas, para Kegler (2011), mesmo sendo segmentada, a festividade é, sim, um reflexo do universo social, que também ajuda a construir. Além disso, para a autora, a festa pode funcionar como um espelho da realidade cotidiana, mas ao mesmo tempo, devido às suas características de exaltações,

[...] tende a favorecer a visibilidade de alguns valores e elementos em detrimento de outros, o que depende dos interesses de quem está no centro e das capacidades de promover os sentidos através dos meios e estratégias de comunicação, intrínsecos à festividade (KEGLER, 2011, p. 116).

Kegler (2011) compartilha da mesma visão de DaMatta (1997) e cita o autor, que diz que “o ritual atua como um veículo que transforma algo dado considerado como natural, em algo social através da narrativa e dramatização própria do ritual [...]”. Ou seja, da mesma forma que o evento pode refletir a realidade social, também pode servir para que um elemento cotidiano seja deslocado para um lugar especial dentro do ritual. Desta forma, o cerimonial é capaz de transformar um elemento em coisa social (DAMATTA apud KEGLER, 2011, p. 117).

Quando um cerimonial coloca em foco um aspecto da realidade que poderia passar despercebido no cotidiano, podemos identificar o seu potencial como meio de visibilidade para atores e instituições. Como disse DaMatta (apud KEGLER, 2011, p. 117) “certas figuras são individualizadas e assim adquirem um novo significado, insuspeitado anteriormente, quando eram apenas partes de situações, relações e contextos do cotidiano”.

Conforme Barbosa (2009, p. 4) o posicionamento focal é capaz de legitimar um gesto ou ação, transformando-o em um símbolo. Como exemplo, também a partir de DaMatta (1997) a autora fala sobre o aperto de mão. No cotidiano, este gesto pode passar despercebido. Mas, quando em uma cerimônia, adquire um significado muito maior, como o acordo de paz entre duas nações.

Para Kegler (2011, p. 117), diferente de outras formas de comunicar, o cerimonial não se caracteriza pela repetição, sendo que esta é menos importante do que a disposição de um elemento em lugar de destaque. Desta forma, os elementos que devem ou deveriam ser reconhecidos precisam estar em lugar estratégico dentro do evento.

De acordo com a autora, o controle social também está presente em um evento, pois pode ser considerado “uma nova ordem ou um retorno à ordem das coisas através da

focalização de certos elementos da sociedade e da comunidade que a organizam” (KEGLER, 2011, p. 117).

Em relação à dimensão técnica do evento, Kegler (2011, p. 122) enfatiza que o planejamento, execução e avaliação são tarefas especializadas e muito importantes para organizações que visam o reconhecimento social por meio dos eventos. Estes criam conceitos e imagens, ajudando a construir uma boa reputação para organizações, produtos, serviços, ideias ou pessoas (KEGLER, 2011, p. 122).

Conforme orienta a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), o planejamento de um evento deve levar em conta o contexto em que está inserido, além de todas as informações consideradas relevantes para seu êxito. Além disso, destaca a importância do trabalho em equipe e da reunião de diversos parceiros.

Zanella (2012, p. 1) conceitua evento como uma concentração ou reunião formal e solene de pessoas e/ou entidades. Para o autor, o evento tem como objetivo a celebração de algum acontecimento importante e significativo, além do estabelecimento de contatos, sejam eles comerciais, culturais, esportivos, sociais, familiares, religiosos ou científicos. O evento, além de tudo isso, provoca emoções naqueles que estão envolvidos. “Para quem participa, significa conagração e integração, gerando e consolidando vínculos e relações de caráter profissional e pessoal” (ZANELLA, 2012, p. 1).

Ressaltamos, assim como Kegler (2011, p. 123), que o evento em si não pode ser confundido com o cerimonial. Este é apenas uma das partes integrantes – mas estratégica e indispensável – daquele. Os eventos, quando bem estruturados, podem ser pensados como estratégicos, pois contribuem para a construção positiva da imagem e da identidade organizacional e de um bom relacionamento com os públicos de interesse. Giacomo (apud KEGLER, 2011, p. 121) também fala sobre a dimensão estratégica dos eventos. Segundo a autora, para que o evento seja utilizado como tal, os organizadores devem ter em mente, ao definirem seus objetivos, os públicos envolvidos e o contexto em que o evento se insere. Além disso, para ser estratégico, deve estar em sintonia com os objetivos gerais da organização.

Para Kegler (2011, p. 122) cerimonial, protocolo e precedência são constituintes dos eventos e devem estar perfeitamente interligados, já que um interfere na qualidade do outro. Juntos, eles constroem simultaneamente os sentidos que se desejam comunicar. São importantes, também, pois fundamentam a percepção do público a respeito da organização que o promove, o que também condiciona os relacionamentos (KEGLER, 2011, p. 122).

Kegler (2011, p. 123) ressalta ainda que, dentre todos os elementos de um evento, o cerimonial é o que mais se destaca devido ao seu “potencial para a negociação, disseminação e construção de sentidos identitários”. O cerimonial é capaz de integrar, de forma multimídia (som, texto e imagem) ideais e discursos.

A autora (2011) também acredita que a análise do cumprimento e, principalmente, do não cumprimento do cerimonial e das normas de protocolo podem ser úteis na observação de hierarquias informais nos eventos. Desta forma, podem ser úteis também na compreensão de como o cerimonial é uma forma de exercer um poder simbólico por parte dos atores sociais perante os demais indivíduos participantes do evento.

2.4 O CERIMONIAL COMO FORMA DE VISIBILIDADE E PODER SIMBÓLICO

Para conduzir esta pesquisa e buscar respostas à problemática, utilizaremos como postulado teórico fundamental a relação entre o cerimonial, a visibilidade e o poder simbólico, com foco nas cerimônias que ocorrem no âmbito do Poder Legislativo Municipal. Como vimos, a atividade de cerimonial, para o profissional de Relações Públicas, pode representar muito mais do que uma técnica. Quando pensado sob o viés social e antropológico, considerando a cerimônia como um fenômeno social, capaz de comunicar e construir sentidos acerca do mundo, pode ser utilizado de forma estratégica. O cerimonial como estratégia leva em conta seu potencial em conceder visibilidade e legitimar determinados elementos, ações, organizações e/ou indivíduos, colocados por ele em posição de destaque.

A partir da dimensão social do evento (KEGLER, 2011) pode-se compreender como o ritual é capaz de conferir destaque a determinado elemento. Quando partes de uma cerimônia, os elementos passam a ser percebidos com outros olhos, envoltos em uma aura de simbolismo, adquirindo sentidos diferentes ou ampliados daqueles que possui originalmente, no cotidiano.

Em relação a visibilidade, entendemos que a compreensão de uma cerimônia apenas como uma “publicidade tradicional de coopresença” (THOMPSON, 2011) não esgota seu potencial. Como apontado por Thompson (2011, p. 169), já no início da Europa moderna, a publicidade tradicional de coopresença se imbricava com formas mediadas de publicidade de maneiras complexas. Algumas ações que ocorriam em contexto de coopresença recebiam ainda maior divulgação por meio dos veículos de comunicação. Desta forma, os indivíduos estavam agindo em contextos de coopresença cada vez mais orientados para as formas mediadas de comunicação.

Atualmente, devido ao avançado estágio de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e à crescente importância da visibilidade midiática para a legitimação de atores sociais e instituições, essa lógica foi ainda mais ampliada, alterando, de certa forma, a visibilidade das cerimônias. A cerimônia, que possibilita a partilha de um lugar comum, a interação presencial, explorando o sentido físico da visão, é a visibilidade na gênese. Porém, o que vem ocorrendo é a incorporação de novas formas de visibilidade às cerimônias. Esta consequência é motivada pela cobertura jornalística por parte de veículos impressos, por transmissões (muitas vezes ao vivo) das cerimônias por emissoras de rádio e televisão, e hoje, ainda mais, pela *internet*, possibilitando que registros instantâneos das cerimônias sejam compartilhados pelos usuários, cada vez mais produtores de conteúdo. Assim, consideramos que, de uma forma ou de outra, um cerimonial, além da sua visibilidade tradicional de coopresença, sempre será permeado pela visibilidade mediada.

Consideramos, ainda, que ao conferir visibilidade e destaque a determinado(s) elemento(s), um cerimonial está minimizando a visibilidade de outros. Aí também se encontra sua dimensão estratégica. Esta busca intencional por visibilidade é muito explorada por agentes políticos, que são parte no nosso corpus de pesquisa. Eles utilizam do cerimonial como forma de visibilidade para sobressair-se sobre seus adversários políticos, muitas vezes utilizando a cerimônia pública – como é o caso das cerimônias da esfera legislativa – para seus interesses políticos, partidários e pessoais. Essa busca por visibilidade, como assinalado anteriormente, faz parte da luta traçada no meio político. Estar visível e ser reconhecido são fatores essenciais aos agentes políticos.

Quando Barbosa (2009) diz que os rituais são capazes de estabelecer na memória aquilo que é marcante, o que ficará no imaginário, percebemos a relação da visibilidade conferida pelas cerimônias com a questão do poder simbólico, que segundo Bourdieu (2011) é capaz de construir a realidade, estabelecendo um sentido imediato de mundo. Assim, quem possui a visibilidade possui também o poder (simbólico) para legitimar a si e a suas ações. O sentido imediato do mundo, aquele percebido aqui e agora, é simbólico e sensorial, capaz de moldar a percepção dos indivíduos.

O poder simbólico é manifestado também por meio das diversas formas simbólicas presentes no cerimonial. Elas são informações dotadas de sentido, muitas vezes imperceptíveis, que tornam objetivas as subjetividades que uma cerimônia envolve. As formas simbólicas auxiliam no estabelecimento do sentido imediato do mundo e, logicamente, aquelas com mais visibilidade e destaque terão mais força neste processo. O poder conferido pela visibilidade é simbólico, também, pois muitas vezes passa despercebido por aqueles que

o exercem e por aqueles que estão submetidos a ele, conforme a definição de Bourdieu (2011).

Nesta pesquisa consideramos, a partir das observações e experiências pessoais em eventos, que o poder simbólico manifesta-se também nas “quebras” de protocolo e cerimonial. São nestes momentos que elementos destacam-se, ganham visibilidade, em detrimento de outros, conforme os interesses subjetivos em jogo. No cerimonial, especialmente no cerimonial legislativo, temos assim as normas rígidas e regulamentadas, por um lado, e os agentes políticos em busca da visibilidade, por outro. Neste tensionamento (rigor das normas x busca pela visibilidade) encontramos o poder simbólico, os valores, as subjetividades, as estratégias e os sentidos envoltos no cerimonial.

3 CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO: ANÁLISE DAS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA - RS

Este capítulo tem o objetivo de expor os resultados desta pesquisa, com a análise dos cerimoniais da Câmara de Vereadores de Santa Maria a partir de uma interpretação crítica dos dados recolhidos tendo como pano de fundo o postulado teórico deste trabalho, apresentado nos dois capítulos anteriores. Primeiramente, contextualizamos nosso objeto de pesquisa – as Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria – com uma breve apresentação das funções, estrutura e funcionamento do Poder Legislativo Brasileiro, da própria Câmara Municipal de Santa Maria e de sua Assessoria de Comunicação, responsável pela organização das Sessões Solenes.

Após, explicamos o passo a passo da pesquisa, com a apresentação da metodologia escolhida – a triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007) – e das técnicas utilizadas: a pesquisa documental/bibliográfica, a observação e a entrevista.

Na terceira parte do capítulo, falamos detalhadamente sobre cada uma das Sessões Solenes observadas: seus objetivos, legislação pertinente, homenageados deste ano (2015), autoridades e instituições envolvidas, além de outros aspectos relacionados com a cerimônia. Por fim, trazemos nossa análise a respeito das observações realizadas e dos dados recolhidos, buscando perceber quais são os mecanismos simbólicos utilizados no cerimonial como forma de visibilidade e poder simbólico por parte dos agentes políticos.

3.1 DESCRIÇÃO DO CASO: A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA

No Brasil, o Poder Legislativo é exercido em três níveis: pelo Congresso Nacional, em âmbito federal, pelas Assembleias Legislativas nos Estados da União e pelas Câmaras de Vereadores, nos municípios. Além destes, integra-se ao Poder Legislativo o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão que auxilia o Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa.

A seguir, descrevemos a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, falando, inicialmente, sobre o Poder Legislativo no contexto brasileiro. Após, nos detemos especificamente no Poder Legislativo Municipal em Santa Maria e na sua Assessoria de Comunicação, responsável pela organização geral e pelo cerimonial das Sessões Solenes, objetos desta pesquisa.

3.1.1 O Poder Legislativo Brasileiro

O Poder Legislativo Brasileiro tem como competência fundamental a elaboração das leis que regulamentam o país. De acordo com Barbosa [2015?], são funções básicas do Poder Legislativo “falar, fiscalizar e propor”. Nesse sentido, o Parlamentar é livre para expor sua opinião, sem qualquer tipo de constrangimento. Deve, também, fiscalizar as ações do Poder Executivo e elaborar leis, analisando e votando propostas vindas dos outros Poderes e da sociedade.

O Brasil adota o sistema bicameral para o Poder Legislativo, em nível federal. Ou seja, o Congresso Nacional é composto por duas Casas legislativas: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Desta forma, se uma matéria tem início na Câmara dos Deputados, o Senado fará a sua revisão, e vice-versa, com exceção das matérias privativas de cada um.

As competências de cada uma das Casas que compõem o Congresso Nacional estão definidas pela Constituição Federal de 1988. Conforme o art. 51, cabe à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, proceder a tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas no prazo constitucional, elaborar seu Regimento Interno, dispor sobre questões relativas aos cargos, empregos e funções de seus serviços e à fixação da respectiva remuneração e eleger os membros do Conselho da República.

Já ao Senado Federal, consoante ao art. 51, compete, dentre outros, o direito de processar e julgar as mais altas autoridades do país, incluindo o Presidente da República, aprovar nomes indicados para importantes cargos da administração federal, como os embaixadores e Ministros do Supremo Tribunal Federal, decidir sobre operações financeiras, inclusive contratação de empréstimos, em âmbito federal, estadual, distrital e municipal. Além disto, elaborar seu regimento interno e tratar dos seus servidores, assim como a Câmara dos Deputados.

As Assembleias Legislativas Estaduais, a exemplo do que ocorre em nível federal, também tem a missão de produzir normas jurídicas, legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Atualmente, no Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa é composta por 55 (cinquenta e cinco) Deputados. As mesmas funções do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas são exercidas pelas Câmaras de Vereadores, nos municípios.

3.1.2 A Câmara de Vereadores de Santa Maria

A Câmara de Vereadores de Santa Maria (RS), cujos eventos compõem o objeto desta pesquisa, teve seus primeiros vereadores eleitos no ano de 1858, ano posterior ao desmembramento de Santa Maria da cidade de Cachoeira do Sul. Atualmente, é composta por vinte e um vereadores, eleitos como representantes da comunidade santa-mariense. Seu funcionamento é regido pela Lei Orgânica do município e por seu Regimento Interno.

Em sua estrutura, a Câmara de Vereadores conta com uma Mesa Diretora, que fica no topo dos níveis de hierarquia. Integram a Mesa Diretora o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Vereadores, o 2º Vice-Presidente, o 1º e 2º Secretários, bem como seus suplentes. A Presidência da Câmara conta com duas unidades assistentes: o Gabinete da Presidência e a Assessoria de Comunicação. Cabem a eles assistir o Presidente da Câmara no desempenho de suas atribuições e compromissos oficiais por meio do trabalho de Relações Públicas, relacionamento com a imprensa, coordenação da agenda do Presidente, representação social, o acompanhamento de despachos, a recepção, o estudo e triagem do expediente encaminhado ao Presidente da Câmara, o provimento de transporte oficial, a organização de atividades culturais da casa, dentre outras atribuições.

A Câmara conta também com uma Secretaria Geral, responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e controle de todas as atividades administrativas e a execução do processo legislativo de acordo com as deliberações da Mesa. Vinculadas a Secretaria Geral estão as unidades Assessoria Técnica, Assessoria de Imprensa, Arquivo Geral e a Procuradoria. Esta última representa a Câmara Municipal nas causas e recursos processados em qualquer instância, bem como presta assessoria jurídica aos diversos setores do Legislativo.

Por fim, a estrutura da Câmara conta com duas Diretorias: a Legislativa e a Administrativa. Cabe a Diretoria Legislativa o planejamento, a coordenação, a orientação e a direção das atividades de execução do processo legislativo e do protocolo da Câmara. Relacionadas a ela estão as Seções Legislativa e de Anais. A Diretoria Administrativa é encarregada de planejar, coordenar, orientar e dirigir atividades relacionadas à administração de pessoal, patrimônio, almoxarifado, transporte, compras, finanças e contabilidade. Vinculadas a ela estão as Seções de Contabilidade e Finanças, Compras, Protocolo, Patrimônio, Pessoal, Almoxarifado e o Centro de Processamento de Dados.

3.1.3 Assessoria de Comunicação da Câmara

Para Oliveira (2005, p. 34), por suas características plurais e democráticas, de representação popular, o Poder Legislativo demanda “uma comunicação aberta, interativa, imediata e transparente”. A Câmara de Vereadores de Santa Maria conta com uma Assessoria de Comunicação, com foco nas atividades de Relações Públicas e Assessoria de Imprensa. Possui, também, uma emissora de televisão, a TV Câmara, criada para ser um instrumento de informação da comunidade santa-mariense e de transparência do Legislativo Municipal. A Assessoria de Comunicação da Câmara conta com profissionais e estagiários de Relações Públicas e Jornalismo.

Além das atividades de assessoria de imprensa, cerimonial, eventos e comunicação interna, a Assessoria de Comunicação, voltada para as Relações Públicas, desenvolve projetos institucionais na Câmara. Dentre eles, destacam-se: a) o Gibi do Legislativo, uma revista em quadrinhos voltada ao público infantil que visita a sede da Câmara; b) a Semana da Câmara, projeto que tem como objetivo prestar homenagens a instituição a partir da realização de palestras, debates e eventos, buscando também integrar a Câmara, seus colaboradores e a sociedade de Santa Maria; c) o Programa de Visitas Orientadas, em que a Assessoria agenda e recebe os visitantes na sede do Poder Legislativo Municipal. O roteiro das visitas inclui explicações sobre o prédio, visita às exposições em andamento, apresentação da estrutura e funcionamento da Casa e de suas dependências; d) Câmara na Feisma, projeto que busca aproximar o Poder Legislativo da população por meio da participação na Feira de Indústria e Comércio de Santa Maria (FEISMA); e) Arte na Câmara, que promove exposições abertas aos artistas locais e regionais que queiram divulgar suas obras. O projeto ocorre em duas salas da Câmara de Vereadores voltadas a este fim - a Sala Eduardo Trevisan, no hall do prédio, e o Espaço Novos Talentos, localizado no 1º andar; f) Lei do Livro, projeto que tem como base a Resolução Legislativa nº 22/04 que determina a publicação de, no mínimo, um livro anualmente pela Câmara de Vereadores. A obra publicada é escolhida por meio de um processo seletivo, sob responsabilidade da Assessoria de Comunicação.

Para conhecer melhor a Assessoria de Comunicação da Câmara, os eventos e cerimoniais por ela realizados, foram executadas algumas técnicas, inseridas na metodologia eleita para esta pesquisa: a triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007). A seguir, detalhamos esta metodologia e o passo a passo para a construção de nossa análise.

3.2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa é a triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007), que consiste em uma combinação de diferentes métodos ou técnicas para a análise de um mesmo problema. Para a autora, tal combinação e o cruzamento das conclusões obtidas possibilita ao pesquisador uma análise mais ampla e complexa. “Como nenhum pesquisador tem condições para produzir um conhecimento completo da realidade, diferentes abordagens de pesquisa podem projetar luz sobre diferentes questões” (GOLDENBERG, 2007, p. 62).

Goldenberg (2007) diz que o objetivo da triangulação de dados é

[...] abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social (GOLDENBERG, 2007, p. 63).

Segundo a própria autora, triangulação é uma metáfora emprestada do campo militar que, em situação de navegação, se utiliza de múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata de um objeto (GOLDENBERG, 2007, p. 63). Para o emprego da metodologia de triangulação de dados neste trabalho foram elencadas três técnicas que, quando combinadas, possibilitaram uma análise mais ampla, sob diferentes perspectivas, do nosso objeto de estudo - o cerimonial legislativo municipal. São elas: pesquisa documental/bibliográfica, observação e entrevista.

A técnica de pesquisa documental foi utilizada para estudar os principais conceitos que dão embasamento teórico a esta pesquisa. De acordo com Marconi e Lakatos (2005), na pesquisa documental, a fonte da coleta de dados está em documentos, escritos ou não, denominados fontes primárias. Para que o pesquisador não se perca na infinidade de documentos, deve ter claros os objetivos de sua pesquisa para julgar qual tipo de documentação será adequada a ele. Nesta pesquisa, além de manuais e apostilas, foram consultados documentos públicos, como Leis e Regulamentações que regem o cerimonial legislativo, além das legislações específicas das Sessões Solenes que ocorrem na Câmara de Vereadores de Santa Maria.

Já a pesquisa bibliográfica, segundo Marconi e Lakatos (2005), ocorre por meio de fontes secundárias, ou seja, tudo que já foi publicado sobre o tema em questão: boletins, jornais, livros, pesquisas, monografias, teses e também meios orais, como rádio, TV, gravações, audiovisuais etc. Para Marconi e Lakatos (2005, p. 185), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Para a

pesquisa bibliográfica, nesta monografia, foram utilizados livros, teses, dissertações além de artigos científicos e demais publicações. Tais fontes proporcionaram um panorama geral de tudo que já foi e está sendo estudado sobre o tema, além de fornecer os elementos teóricos básicos para a construção da pesquisa.

A segunda técnica escolhida foi a observação, uma técnica de coleta de dados que se utiliza dos sentidos para a busca por informações. Para as Marconi e Lakatos (2005, p. 193), “a observação ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Sendo assim, a observação foi realizada em cinco Sessões Solenes realizadas pela Câmara de Vereadores de Santa Maria nos meses de setembro, outubro e novembro, e que compõem o corpus desta pesquisa. Para a observação, foram realizados contatos prévios com a relações-públicas da Câmara de Vereadores de Santa Maria, de forma a obter o cerimonial do evento. Assim o acompanhamento foi realizado com o cerimonial em mãos, possibilitando a observação do seguimento ou não seguimento, por parte dos vereadores e autoridades participantes, da sequência previamente estabelecida para a cerimônia. Além disso, com base nas proposições teóricas que embasam esta pesquisa, foi elaborado um roteiro de análise (apêndice A), preenchido após cada um dos eventos observados.

Segundo a classificação de Marconi e Lakatos (2005) a observação, nesta pesquisa, foi: estruturada (observação planejada e sistematizada, realizada em condições controladas para responder a objetivos preestabelecidos); não participante (o pesquisador atuou como espectador, tomando contato com a realidade pesquisada, mas sem integrar-se a ela); individual (pois foi realizada por um único observador) e aconteceu na vida real (pois os dados foram coletados a medida que ocorreram, de forma espontânea).

Por fim, a última técnica utilizada foi a de entrevista não-estruturada com a relações-públicas responsável pela Assessoria de Comunicação da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Para Marconi e Lakatos (2005) a entrevista é uma conversa efetuada face a face, de maneira metódica, cujo principal objetivo é o fornecimento de informações por parte do entrevistado ao entrevistador. Para os autores, a entrevista não-estruturada (ou despadronizada) concede mais liberdade ao entrevistador. Em geral, as perguntas são abertas e são feitas em uma conversa informal. Esta entrevista, realizada após o acompanhamento de quatro Sessões Solenes, teve como objetivos o esclarecimento de dúvidas surgidas em meio às observações realizadas até então, além de compreender a opinião da própria profissional a respeito dos cerimoniais realizados na Casa.

3.3 AS SESSÕES SOLENES DA CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Conforme o capítulo IV do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Santa Maria, as Sessões Solenes são previstas em Lei, Decreto ou Resolução e destinam-se a comemorações ou homenagens. O cerimonial e o protocolo destes eventos seguem as regras determinadas por legislação federal, devidamente adaptadas ao âmbito municipal.

As Sessões Solenes foram escolhidas como objeto desta pesquisa pois se configuram como ocasiões especiais para a Câmara de Vereadores, quando a Casa recebe autoridades de diversas instituições e presta homenagens. Além disso, tais eventos envolvem uma distinção de honra e, pois isso, também circundam questões de ego, prestígio e vaidades dos indivíduos, além de colocarem em visibilidade determinada personalidade/instituição em detrimento de outra(s).

No total, foram cinco Sessões Solenes observadas nos meses de setembro, outubro e novembro, conforme quadro a seguir.

CALENDÁRIO DE SESSÕES SOLENES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	
DATA	SESSÃO SOLENE
24/09	Sessão Solene de entrega da Medalha do Mérito Farroupilha
08/10	Sessão Solene de entrega do Prêmio Paulo Freire de Talentos em Educação e Comenda Dr. José Mariano da Rocha Filho
22/10	Sessão Solene de entrega da Comenda Santos Dumont
29/10	Sessão Solene de entrega da Comenda Dr. Flávio Cassol
26/11	Sessão Solene de entrega da Comenda Zumbi dos Palmares e do Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier

Quadro 1: Calendário de Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria para os meses de setembro, outubro e novembro de 2015. Fonte: própria autora.

Como pode ser visto, todas as Sessões Solenes observadas foram relativas à entrega de Medalhas, Prêmios e/ou Comendas. Cada honraria possui uma legislação específica que institui e normatiza sua conferência. De acordo com o relato da relações-públicas durante a

técnica de entrevista, que será apresentada adiante, não há critérios totalmente definidos para a escolha dos agraciados. Como na maioria das legislações há apenas a indicação das instituições responsáveis pela escolha, estas tem autonomia para definir seus próprios critérios.

A seguir, descrevemos cada um destes eventos conforme as técnicas de pesquisa. Primeiramente, apresentamos cada Medalha, Prêmio e Comenda de acordo sua legislação pertinente. Após, detalhamos cada uma das Sessões Solenes a partir da observação realizada, relatando aspectos da cerimônia em si. Por fim, explicamos o modo de realização da entrevista com a relações-públicas da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

No ponto 3.3.3, apresentamos nossa análise dos cerimoniais das Sessões Solenes da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, com o cruzamento dos dados obtidos nas três técnicas de pesquisa, tendo como fundo teórico os conceitos abordados nos dois capítulos anteriores. Para a análise, elaboramos seis categorias temáticas, definidas, principalmente, a partir das questões observadas no relatório de análise (apêndice A) das Sessões Solenes.

3.3.1 As Sessões Solenes a partir da pesquisa documental e da observação

Descrevemos, a seguir, cada uma das Sessões Solenes a partir de duas técnicas: a pesquisa documental e a observação. A partir da pesquisa documental, baseada especialmente nas legislações que regem cada uma das Sessões, relatamos o que são cada uma das Medalhas, Prêmios e Comendas, quais seus objetivos, periodicidade, dentre outras questões. E, com base nas observações realizadas, descrevemos a sequência dos acontecimentos nas Sessões Solenes, a composição da Mesa de Honra, o(a) vereador(a) responsável pela apresentação do(s) agraciado(s) da ocasião, além de outras questões específicas de cada evento. A análise crítica dos dados obtidos a partir destas duas técnicas será realizada no subcapítulo 3.3.3.

3.3.1.1 Medalha do Mérito Farroupilha

A Sessão Solene de entrega da Medalha do Mérito Farroupilha, que aconteceu no dia 24 de setembro de 2015, foi o primeiro evento observado. A ocasião, além da entrega da distinção, também serviu para marcar o encerramento das comemorações da Semana Farroupilha na cidade de Santa Maria.

A Medalha do Mérito Farroupilha foi instituída pela Lei Municipal 4489/01 e consolidada pela Lei Municipal 5622/12, tendo como objetivo reconhecer as pessoas de relevante atuação na preservação e valorização do Movimento Tradicionalista Gaúcho. Conforme o artigo 18 da Lei Municipal 5622/12, esta Medalha é entregue nos primeiros e terceiros anos de cada legislatura, pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. No seu artigo 31, a Lei também diz que a indicação para recebimento da Medalha é realizada pela 13ª Região Tradicionalista Gaúcha do Município (13ª RT) e que o agraciado, além da medalha, recebe um diploma. Em 2015, o agraciado com a Medalha do Mérito Farroupilha foi o professor Lívio Imberê Jornada Pereira, integrante da Comissão Executiva da Semana Farroupilha.

A Mesa de Honra desta Sessão Solene foi composta, nesta ordem, por: Ver. Sérgio Cechin (PP), Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria; Lívio Pereira, o homenageado; Rogério Assis Brasil, Secretário de Comunicação e Programação Institucional e representando o Prefeito de Santa Maria nesta ocasião; Ildo Wagner, coordenador da 13ª RT; Coronel Volnei Mendonça, do 1º Regimento de Polícia Montada "Regimento Coronel Pillar" (1º RPMont); 2º Tenente Glier, do 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB); e o Capitão Alexandre, da Base Aérea de Santa Maria (BASM).

A apresentação do agraciado foi realizada pela Ver. Sandra Rebelato (PP), que também fez a entrega da Comenda e do diploma ao homenageado. Além dela, tiveram espaço para pronunciamento o próprio agraciado com a Comenda, o Prof. Lívio Pereira, o coordenador da 13ª RT e o Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria. O evento também contou com uma apresentação musical do próprio Prof. Lívio com mais dois professores convidados, que interpretaram um total de quatro canções antes da entoação do Hino Rio-grandense, que encerrou a Sessão.

3.3.1.2 Comenda Dr. Mariano da Rocha Filho e entrega do Prêmio Paulo Freire - Talentos em Educação 2015

Esta Sessão Solene foi marcada pela entrega de duas honrarias: a Comenda Dr. José Mariano da Rocha Filho e o Prêmio Paulo Freire de Talentos em Educação 2015, ambas voltadas para pessoas/instituições de destaque na área da Educação. O evento aconteceu no dia 08 de outubro de 2015, com início às 19h, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

A Comenda Dr. José Mariano da Rocha Filho foi instituída pelo Decreto Legislativo 01/99 e consolidada pela Lei Municipal 5622/12. É destinada a personalidades e/ou instituições que se destacaram na área da Educação dentro do Município de Santa Maria, seja em nível fundamental, médio ou superior. Ela é entregue nos primeiros e terceiros anos de cada legislatura, pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria (artigo 18 da Lei Municipal 5622/12). A indicação dos nomes dos agraciados é realizada por uma comissão, composta pela Secretaria de Educação do Município, 8ª Coordenadoria Regional de Educação (8ª CRE), Universidades e Faculdades situadas em Santa Maria. Em 2015, os agraciados com a Comenda Dr. José Mariano da Rocha Filho foram a Universidade Federal de Santa Maria (instituição) e a Prof.^a Aristilda Antonieta Rechia (personalidade).

O Prêmio Paulo Freire de Talentos em Educação, também destinado a homenagear e destacar educadores do município, foi instituído pela Lei Municipal nº 4524/02 e consolidado pela Lei Municipal nº 5622/12. O Prêmio é dirigido a educadores que desenvolvam projetos em instituições públicas de ensino, seja em nível estadual, municipal ou federal, inscritos no prazo regulamentado pela Comissão Organizadora para participação na edição do prêmio (artigo 2º da Lei Municipal 4524/02). Assim como a Comenda Dr. Mariano da Rocha, o Prêmio Paulo Freire também é entregue nos primeiros e terceiros anos de cada legislatura (artigo 18 da Lei Municipal 5622/12) no Dia do Professor ou na semana em que se comemora tal data. O Prêmio Paulo Freire é dividido em oito categorias, sendo elas: ensino fundamental (1ª à 4ª séries), ensino fundamental (5ª à 8ª séries), ensino médio, alfabetização de jovens e adultos, formação de jovens e adultos, educação especial, ensino superior e formação continuada de educadores (artigo 30, parágrafo 1º da Lei Municipal 5622/12). O parágrafo 2º do artigo 30 da mesma Lei também estipula que a Comissão Organizadora do Prêmio será formada pela Comissão de Educação e Saúde da Câmara de Vereadores de Santa Maria, enquanto que a Comissão Julgadora deverá ter representantes das seguintes instituições: Conselho Municipal de Educação, Secretaria de Município de Educação, 8ª CRE, Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da UFSM e um servidor administrativo da Câmara Municipal de Vereadores.

Em 2015, o Prêmio Paulo Freire de Talentos em Educação contou com quatro projetos premiados. Na categoria Ensino Fundamental, os Projetos “Aluno Monitor”, do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTEM), e “Podcast na Escola”, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio do Canto, foram premiados, respectivamente, com o 1º e 2º lugar. Na categoria Ensino Médio, o 1º lugar ficou com o Projeto “Digo não ao álcool, sim, senhor! Ano 1 e Ano 2”, da Escola Estadual de Ensino Médio Cilon Rosa. Por fim, na categoria

Formação de Jovens e Adultos, o Projeto “Aprisionados, mas livres para ler e escrever”, do Núcleo Estadual de EJA e de Cultura Popular Julieta Balestro, recebeu a primeira colocação.

A Mesa de Honra da Sessão Solene de entrega da Comenda Dr. Mariano da Rocha e do Prêmio Paulo Freire foi composta por: Ver. Coronel Vargas (PSDB), Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores; Prof. Paulo Afonso Burmann, Reitor da Universidade Federal de Santa Maria (instituição agraciada com a Comenda); Prof.^a Aristilda Antonieta Rechia (personalidade agraciada com a Comenda); Carmem Pacheco, Secretária Adjunta de Educação do Município e representando o Prefeito de Santa Maria na ocasião; Jussara Moro, Coordenadora Adjunta da 8^a CRE; Coronel Ricardo, Comandante do Colégio Militar e representando a 3^a Divisão de Exército (3^a DE); e pelo Coronel Worney Mendonça, Comandante do Comando Regional de Polícia Ostensiva Central (CRPO Central).

A Sessão Solene teve início pela entrega da Comenda Dr. Mariano da Rocha. A apresentação da personalidade agraciada foi realizada pelo Ver. Pastor João Chaves (PSDB). Já a apresentação da instituição agraciada ficou sob responsabilidade do presidente em exercício da Câmara, o Ver. Coronel Vargas (PSDB).

Depois da entrega das Comendas, deu-se seguimento a Sessão com a entrega do Prêmio Paulo Freire. A fala de contextualização da premiação ficou a cargo da Ver. Marta Zanella (PMDB). Após, cada um dos quatro projetos concorrentes foi apresentado pelos educadores responsáveis. A entrega dos prêmios foi realizada pelos Ver. Daniel Diniz (PT) e João Kaus (PMDB), integrantes da Comissão de Educação. O pronunciamento do Presidente em exercício da Câmara e a entoação do Hino de Santa Maria encerraram a Sessão Solene.

3.3.1.3 Comenda Santos Dumont

A entrega da Comenda Santos Dumont aconteceu em Sessão Solene realizada no dia 22 de outubro de 2015, no plenário da Câmara de Vereadores de Santa Maria. O agraciado com a Comenda foi o 2º Tenente Ítalo Alves Ribeiro, da Base Aérea de Santa Maria (BASM).

A Comenda Santos Dumont foi instituída pelo Decreto Legislativo nº 03/02 e consolidada pela Lei Municipal 5607/12. Visa homenagear militares das Forças Armadas e Forças Auxiliares, dentre aqueles que mais de destacaram tanto na vida da caserna quanto na sociedade civil. A Comenda é entregue pelo Poder Legislativo na Semana da Asa, que antecede o dia 23 de outubro (artigos 1º e 2º do Decreto Legislativo nº 03/02) nos primeiros e terceiros anos de cada legislatura (artigo 18 da Lei Municipal 5607/12). Conforme o parágrafo 1º do artigo 24 da Lei Municipal 5607/12, a indicação do nome à receber a Comenda é

facultada aos Comandantes de Unidades Militares da Força Aérea, sediadas em Santa Maria, e à sociedade civil, através de uma entidade de classe.

Compuseram a Mesa de Honra da Sessão: Ver. Sérgio Cechin (PP), Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria; 2º Tenente Ítalo Alves Ribeiro, homenageado com a Comenda; Carmem Pacheco, Secretária de Educação e representante do Prefeito de Santa Maria; Major Dilce, representando o comando da BASM; Major Abrandes, representando a 6ª Brigada de Infantaria Blindada; e o Tenente Ezequiel, representando o 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB).

O Ver. João Kaus (PMDB) apresentou o homenageado deste ano e o projeto social “Forças no Esporte”, desenvolvido por ele junto à BASM. A Sessão Solene também contou com a participação da Banda de Música da BASM, responsável por conduzir os Hinos Nacional, Rio-Grandense e de Santa Maria.

3.3.1.4 Comenda Dr. Flávio Cassol

O quarto evento observado foi a Sessão Solene de entrega da Comenda Dr. Flávio Cassol, no dia 29 de outubro de 2015. Esta Sessão estava inicialmente agendada para o dia 16 de outubro, mas foi transferida em razão dos temporais que atingiram a cidade de Santa Maria naquela data.

A Comenda Dr. Flávio Cassol é uma forma de reconhecimento do município de Santa Maria aos profissionais de destaque na área da saúde municipal. A Comenda foi instituída pelo Decreto Legislativo nº 04/07 e consolidada pela Lei Municipal nº 5622/12. Conforme os artigos 18 e 34 da Lei Municipal nº 5622/12, a Comenda é entregue nos primeiros e terceiros anos da legislatura, na semana que antecede o Dia Mundial da Saúde (19 de outubro). A indicação do agraciado deve ser feita pelo Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e Conselho Regional de Medicina.

Na Sessão Solene do dia 29 de outubro, compuseram a Mesa de Honra: Ver. Sérgio Cechin (PP), Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria; Dr. João Eduardo Oliveira Irion, agraciado com a Comenda; Solange Dutra Capaverde, Secretária Adjunta de Saúde e representante do Prefeito de Santa Maria; e Tenente Renato Eloi, representando o 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB).

O Ver. Werner Rempel (PPL) foi designado para apresentar o Dr. Irion, agraciado com a Comenda. Após a entrega da Comenda e o pronunciamento do homenageado, a fala do

Presidente da Câmara e a execução do Hino de Santa Maria encerraram a Sessão Solene.

3.3.1.5 Comenda Zumbi dos Palmares, Troféu e Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier

A Sessão Solene de entrega da Comenda Zumbi dos Palmares e do Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier aconteceu no dia 26 de novembro de 2015, com início às 19h. Inicialmente, a entrega da Comenda Zumbi dos Palmares aconteceria no dia 19 de novembro, mas foi transferida, ocasionando a concessão de duas honrarias na mesma Sessão Solene.

Alusiva ao Dia da Consciência Negra (20 de novembro), a Comenda Zumbi dos Palmares foi consolidada pela Lei Municipal nº 5622/2012 e, de acordo com o artigo 23 desta Lei, é destinada a pessoas ou instituições que se destacarem na luta pela igualdade social. A indicação é realizada pelas comunidades afrodescendentes formalmente constituídas.

Já o Troféu e o Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier foram instituídos pela Lei Municipal nº 4685/2003. Segundo o artigo 1º da Lei Municipal nº 4685/2003, o troféu e o certificado são formas de reconhecimento à empresas (comerciais, industriais, rurais ou de prestação de serviço), sediadas em Santa Maria, e que tenham por finalidade a assistência social ou que desenvolvam projetos deste cunho. O projeto de maior destaque, além de receber o certificado, também é agraciado com o Troféu de Responsabilidade Social Chico Xavier.

Nesta Sessão Solene, a Mesa de Honra foi composta por: Ver. Sérgio Cechin (PP), Presidente da Câmara de Vereadores; Jucineide Vaz dos Santos e Sandro Rogério Militão, agraciados com a Comenda Zumbi dos Palmares; Evelize Barbosa e Pricila Moro, respectivamente Gerente de Marketing e Analista de Comunicação da CVI Refrigerantes, entidade premiada com o Troféu e o Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier em 2015; Sirlei Barbosa, Coordenadora Municipal da Igualdade Racial e representante do Prefeito Municipal de Santa Maria na ocasião; e o 2º Tenente Jesus da Silva Pinheiro, representando o 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB).

A cerimônia teve início com a apresentação dos agraciados com a Comenda Zumbi dos Palmares em 2015, realizada pelo Ver. Jorge Trindade (REDE). Após, o Ver. Cezar Gehm (PMDB) apresentou a empresa premiada com o Troféu e Certificado de Responsabilidade Social Chico Xavier. A premiação se deu em razão da parceria da empresa com a Prefeitura Municipal e a Câmara de Dirigentes Lojistas para a realização do projeto “Natal do Coração”

na cidade de Santa Maria. Após as entregas das Comendas e do Troféu, a fala do Presidente da Câmara de Vereadores encerrou a Sessão.

3.3.2 O cerimonial sob a perspectiva do relações-públicas do Legislativo Municipal

A entrevista realizada com a relações-públicas responsável pela Assessoria de Comunicação da Câmara de Vereadores de Santa Maria aconteceu no dia 16 de novembro de 2015, seguindo um roteiro previamente estruturado (apêndice B), elaborado com base na problemática de pesquisa e também nas principais dúvidas que surgiram no decorrer do processo de observação. Mesmo conduzida por um roteiro, a entrevista se caracterizou como não-estruturada, pois continha apenas questões abertas e ocorreu em uma conversa informal entre a entrevistada e a pesquisadora (MARCONI E LAKATOS, 2005).

A entrevista teve início com questionamentos acerca da organização geral das Sessões Solenes e as atividades de elaboração e expedição de convites, divulgação e o envio de *releases* para a imprensa. Após, questionou-se sobre pontos específicos do cerimonial, como a recorrência (ou não) da quebra de protocolo, a composição da mesa, o respeito ao tempo de fala pré-estabelecido e o envolvimento dos vereadores nas Sessões Solenes do Legislativo Municipal. Por fim, as duas últimas questões procuraram obter uma visão pessoal da relações-públicas da Câmara a respeito do cerimonial realizado na Casa. Nesse sentido, ela falou sobre o cerimonial como uma estratégia de comunicação e sobre o interesse público por trás das homenagens realizadas nas Sessões Solenes.

As informações recolhidas a partir da técnica de entrevista serão apresentadas a seguir. Tais dados serão cruzados com os obtidos nas outras duas técnicas de pesquisa (pesquisa documental/bibliográfica e observação), a partir, também, do embasamento teórico apresentado nos capítulos 1 e 2 deste trabalho, resultando em uma análise crítico-interpretativa.

3.3.3 O cerimonial legislativo como forma de visibilidade e poder simbólico

Para melhor organizar nossa análise, elaboramos seis categorias temáticas, relacionadas, principalmente, com os pontos observados nas questões do relatório de análise (apêndice A) das Sessões Solenes. Tais questões não são isoladas, mas se entrelaçam com os pontos levantados também nas outras duas técnicas de pesquisa que compõem a metodologia: a pesquisa documental/bibliográfica e a entrevista.

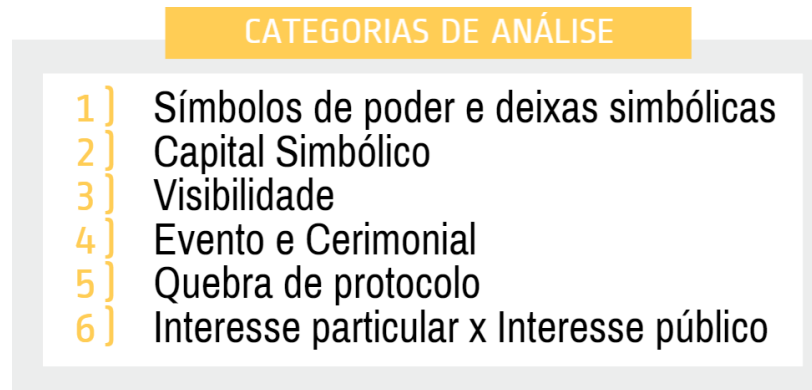


Figura 3: Categorias de Análise. Fonte: própria autora.

As categorias relacionam-se com as questões do relatório de análise (apêndice A) da seguinte forma: categoria “Símbolos de poder e deixas simbólicas”, referente às questões nº 2 e 5; categoria “Capital Simbólico”, referente às questões nº 3 e 4; categoria Visibilidade, referente às questões 6, 9 e 10; categoria “Evento e Cerimonial”, relativa à questão 8; categoria “Quebra de Protocolo”, contemplada pela questão 1; e, por fim, categoria “Interesse particular x Interesse Público”, referente à questão 7.

Na primeira categoria, “Símbolos de Poder e deixas simbólicas”, buscamos analisar os elementos simbólicos que situam os agentes no espaço social, conferindo-lhe poder e legitimidade (BOURDIEU, 2011). Além disso, também tentamos perceber o que Thompson (2011) chama de deixas simbólicas. São os gestos, aparências, entonações de voz, posicionamentos, que podem ser percebidos em um contexto de interação presencial, como os eventos, e exploram a utilização dos sentidos dos indivíduos que participam.

Alguns elementos simbólicos de poder já podem ser percebidos na disposição do mobiliário e organização do plenário da Câmara de Vereadores. São elementos que passam despercebidos e que, na maioria das vezes, não são notados como símbolos de poder. Inicialmente, temos os próprios lugares ocupados pelos Vereadores durante as Sessões Solenes, separados do restante do público. Apesar de ser algo já institucionalizado e tomado como correto, uma vez que os vereadores são considerados os anfitriões dos eventos realizados na Câmara, esse fato relaciona-se muito com a atuação dos antigos governadores das cortes, que utilizavam o recurso da distância dos súditos como forma de manutenção do seu poder, como narra Thompson (2011). Isso também relaciona-se com o que Damatta (apud KEGLER, 2011, p. 115) fala a respeito do cerimonial, que seria um conjunto de normas rígidas que distanciam indivíduos de acordo com seu poder, repetindo a estrutura social vigente.

Estas normas do cerimonial e sua repetição, bem como os elementos simbólicos inscritos nele (BOURDIEU, 2011), tendem, então, a institucionalizar e legitimar as autoridades e seu poder. Levando em conta o conceito de legitimação como um processo de justificação de porque as coisas são como são (BERGER; LUCKMANN, 2011), podemos ver que é justamente essa tentativa que se dá no cerimonial das Sessões Solenes pesquisadas, uma vez que há uma série de justificativas da concessão da homenagem para determinada personalidade ou instituição. Essa justificação se dá tanto por parte da Câmara de Vereadores, no momento de apresentação do homenageado, quanto por parte do próprio agraciado, que faz uso da palavra para agradecer, mas também para apresentar os motivos pela qual está recebendo a homenagem.

Ainda em relação ao mobiliário, temos a cadeira ocupada pelo Presidente da Sessão Solene, mais alta que as demais cadeiras da Mesa de Honra, conferindo-lhe ainda mais destaque. Além disso, a própria iluminação utilizada proporciona mais visibilidade à Mesa de Honra, já que é mais forte do que a iluminação do restante do auditório. Com isso, exemplifica-se a capacidade dos eventos/cerimônias de colocar em visibilidade certos elementos em detrimento de outros – o que é feito, muitas vezes, de forma estratégica (KEGLER, 2011).



Figura 4: Iluminação na Mesa de Honra é mais forte do que no restante do Plenário da Câmara de Vereadores. Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

As observações das Sessões Solenes também possibilitaram a percepção de que um dos elementos mais utilizados pelas autoridades como símbolo de poder, em praticamente todos os eventos, é a vestimenta. Como apontou Lins (1991) esta é uma das duas funções humanas que fundamentam o cerimonial e o protocolo. A utilização de brasões, distintivos e uniformes das instituições a qual pertencem concedem parte do capital simbólico destas instituições também às autoridades que ali estão as representando. Podemos ilustrar esta

interpretação com o exemplo dos uniformes e distintivos dos militares e das autoridades de segurança pública, além de outras autoridades, que utilizam brasões de instituições como a UFSM e Lions Clube para compor sua vestimenta. A vestimenta dos vereadores para as Sessões Solenes, em específico, é regulamentada pelo Regimento Interno da Câmara, e deve ser traje social. Portanto, conforme a relações-públicas da Câmara, os vereadores tomam este cuidado, o que se comprovou nas observações realizadas.

A utilização de gestos, como o repetido aperto de mão e cumprimento a cada vez que uma autoridade da Mesa de Honra realiza seu pronunciamento e retorna, além da lisonja, oferecem ainda mais visibilidade para os integrantes da Mesa, que já estão em destaque. Esse fato ocorreu em todas as Sessões observadas, quando o mestre de cerimônias precisa aguardar alguns instantes até que as autoridades se cumprimentem novamente, a cada pronunciamento realizado.

Por fim, ainda conforme Bourdieu (2011), os sistemas simbólicos exercem poder estruturante porque são estruturados. Nesse sentido, consideramos que o cerimonial é um meio para o exercício de poder uma vez que é estruturado em normas rígidas, estabelecidas por Lei, que passam a exercer um poder estruturante no comportamento dos indivíduos.

Na categoria “Capital Simbólico” buscamos perceber o conjunto de símbolos que situam os agentes no espaço social, denominado por Bourdieu (2011) como capital simbólico. Podemos notar que a maioria das instituições participantes do evento são consolidadas e detentoras de uma posição social e de poder, ou na área em que atuam, ou na sociedade santamariense em geral. O capital simbólico, somado aos demais tipos de capital (econômico, social e cultural), conforme Bourdieu (2011) legitimam as instituições perante o público presente, tanto que as composições de mesa e as citações de autoridades durante o cerimonial não são questionadas. Nas Sessões Solenes, parte deste capital simbólico é transferida para os representantes destas instituições, que acabam também se legitimando em razão da representatividade que exercem naquela determinada ocasião.

A categoria “Visibilidade” buscou contemplar como se dá a visibilidade dos eventos da Câmara de Vereadores. Além disso, procuramos notar quais são os principais elementos colocados em foco nos eventos e quais passam despercebidos.

Em relação à forma de visibilidade, todas as Sessões Solenes observadas são uma combinação da publicidade de copresença, pois reúnem indivíduos em um espaço físico compartilhado, com a publicidade mediada, tendo em vista que são utilizados diversos meios de comunicação que alargam a visibilidade destes eventos, tanto no tempo quanto no espaço (THOMPSON, 2011). Todos os eventos são transmitidos simultaneamente pela TV Câmara, a

emissora institucional da Câmara de Vereadores. Além disso, uma das Sessões contou com a presença de outra emissora de televisão: a TV Campus, da Universidade Federal de Santa Maria. Em todas as Sessões a visibilidade também é expandida por meio dos próprios expectadores da plateia, que fotografam os eventos utilizando suas próprias câmeras fotográficas e celulares.

Pode-se dizer, a partir da observação, que o comportamento das autoridades presentes nos eventos, em geral, não é orientado para a visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação. Porém, alguns casos merecem destaque, como o que ocorreu em uma Sessão Solene específica, quando o agraciado, ao receber sua Comenda, fez questão de exibi-la para as câmeras de televisão. Esse acontecimento remete à mudança de comportamento em razão do surgimento da publicidade mediada, cuja importância é central nos dias atuais (THOMPSON, 2011).

A partir do *clipping* das mídias digitais foi observado que alguns vereadores utilizam os eventos para se autopromoverem em suas páginas e blogs pessoais. De acordo com o Regimento Interno da Câmara de Vereadores, a participação em Sessões Solenes é obrigatória, acarretando multa em parte do salário pelo não comparecimento, salvo em situações justificadas. Mesmo assim, alguns vereadores utilizaram os eventos como forma de visibilidade, inclusive com registros fotográficos das suas participações. Em todas as Sessões Solenes observadas percebeu-se que os assessores dos vereadores os fotografam no auditório, assistindo aos eventos.

DR.^a DEILI PARTICIPA DE HOMENAGEM AO PROFESSOR LÍVIO IMBERÊ



A vereadora Dr.^a Deili Silva participou na noite de ontem, 24 de setembro, de Sessão Solene para a entrega da Medalha do Mérito Farroupilha. Realizada na Câmara de Vereadores de Santa Maria, a solenidade homenageou o professor Lívio Imberê da Jornada Pereira, integrante da

Figura 5: Blog da vereadora Deili Silva (PTB). Fonte: Blog Ver. Dr.^a Deili

Além disso, algumas organizações e personalidades presentes nas Sessões utilizaram seus próprios canais de comunicação para dar visibilidade às suas participações no evento. Esse fato pode ser pensado a partir do que Thompson (2011) disse a respeito da ampliação da visibilidade a partir do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação relacionadas à internet. Agora, os vereadores, autoridades e organizações não dependem apenas da visibilidade proporcionada pela mídia, mas são também produtores de conteúdo na web a respeito das cerimônias que participam. Com a internet, torna-se possível a administração da própria visibilidade, torna-se possível contar a própria versão dos fatos. Quem não está visível na Sessão em si ou na divulgação midiática dada ao evento, utiliza-se de seus próprios meios para se fazer visível.

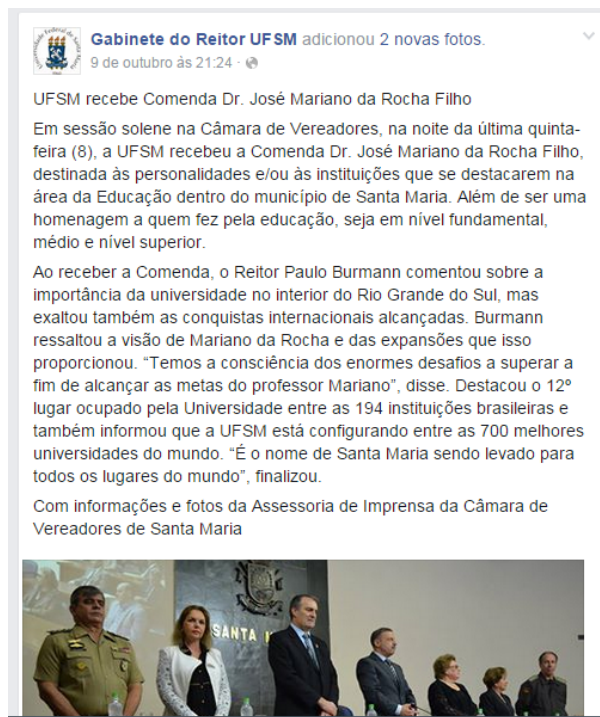


Figura 6: *Fanpage* mantida pelo Gabinete do Reitor da Universidade Federal de Santa Maria. Fonte: *Fanpage* do Gabinete do Reitor (UFSM)

Algumas autoridades, principalmente os homenageados, utilizam seu espaço de fala para dar visibilidade a outros, que não estariam contemplados pelo cerimonial e protocolo das Sessões Solenes. Isso ocorre, por exemplo, quando o indivíduo nomeia ou aponta para outras pessoas e instituições que foram importantes na sua trajetória e o auxiliaram de alguma maneira até o recebimento daquela honraria. Desta forma, o indivíduo que possui espaço de fala em uma cerimônia é detentor, também, de um poder (simbólico) que o possibilita colocar em visibilidade quem/o que ele desejar, seja como forma de reconhecimento aos outros, seja

por simples bajulação. Ao contrário, por vezes as autoridades utilizam seu espaço de fala para dar mais visibilidade a si próprias, como ocorreu em um caso específico, quando uma autoridade utilizou seu espaço de fala para dizer que ela, anteriormente, também já havia sido homenageada com a Comenda em questão.

O espaço de fala das autoridades e homenageados também pode ser considerado uma forma de poder simbólico, pois é uma possibilidade de construção da percepção da plateia presente. Isso remete ao que Bourdieu (2011) fala sobre o poder simbólico como uma construção do sentido imediato de mundo. A partir do que é dito no cerimonial e nas falas das autoridades, o público presente nas Sessões Solenes – com algumas exceções, talvez – irá pressupor que aquela homenagem que está sendo prestada é correta e/ou merecida.

Conforme a relações-públicas da Câmara, o tempo estipulado para a fala das autoridades é respeitado, com algumas exceções. Essa informação se confirmou nas observações realizadas, quando algumas autoridades respeitavam seu tempo, enquanto outras não. De acordo com a relações-públicas, o tempo concedido é, normalmente, de 7 a 10 minutos, sendo minimizado em Sessões mais longas (como aquelas em que ocorre a entrega de dois tipos diferentes de honrarias, por exemplo).

Cerimônias como as observadas também servem para refletir elementos e valores culturais da sociedade. Nas Sessões que compõem o corpus desta pesquisa, foram colocados em visibilidade valores como a educação, o civismo, a responsabilidade social, a cidadania, além de elementos culturais, como a cultura gaúcha e a cultura afrodescendente.

Na categoria “Evento e Cerimonial” atentou-se para a cerimônia em si, com uma análise do pré-evento (cerimonial, convites), do evento e do pós-evento (visibilidade midiática). Em primeiro lugar, devemos pontuar que o cerimonial da Câmara de Vereadores é gerenciado por uma profissional de Relações Públicas efetiva da Casa, que conta com o auxílio de estagiários(as). Da mesma forma, a organização das Sessões Solenes é de responsabilidade do setor de Relações Públicas, o que consideramos correto, tendo em vista o alinhamento do trabalho de cerimonial e eventos com o papel desempenhado e os objetivos almejados pelas Relações Públicas.

Julgamos, assim como Mafra (2006), que eventos como as Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria são uma forma de visibilidade em si mesmos, atraindo atenção para determinados assuntos, personalidades e instituições. Além disso, reúnem pessoas de diversos setores da sociedade e recebem a presença de diversos campos sociais (BOURDIEU, 2011). Tais campos buscam nesse espaço a visibilidade e o reconhecimento por ele oferecidos.

As Sessões Solenes observadas, de entrega de Comendas, Medalhas ou Premiações, seguem um roteiro simples e que se repetiu a cada evento. No primeiro momento, acontece uma breve apresentação da honraria, com a contextualização da legislação que a rege. Após, ocorre a composição da mesa, a abertura da Sessão com a fala do Presidente da Câmara de Vereadores e a execução do Hino Nacional Brasileiro. Depois disso, realiza seu pronunciamento o vereador responsável por, em nome da Casa, apresentar o(a) agraciado(a) da noite e a justificativa pela homenagem¹¹. Por fim, o(a) homenageado(a) faz uso da palavra, seguido pelas considerações finais do Presidente da Câmara e a execução do Hino Rio-Grandense e/ou Hino de Santa Maria, encerrando a Sessão. O cerimonial se diferiu apenas na entrega da Medalha Mérito Farroupilha, quando acrescentou-se a sequência de acontecimentos uma apresentação musical, e na entrega do Prêmio Paulo Freire – Talentos em Educação 2015, uma vez que as próprias professoras responsáveis apresentaram seus projetos.

A entrega dos convites para as Sessões Solenes ocorre de forma institucionalizada e padronizada, pois é realizada pela própria Assessoria de Comunicação em nome da Presidência da Câmara de Vereadores. Segundo informado pela relações-públicas da Câmara, é a Assessoria de Comunicação que produz e encaminha os convites para todas as autoridades do município de Santa Maria, constantes no *mailing* da Assessoria, incluindo autoridades militares, entidades de classe, entidades empresariais, culturais etc., além de organizações e autoridades que variam de acordo com as temáticas específicas das solenidades. Uma parcela dos convites também é disponibilizada para o homenageado da ocasião, que fica livre para convidar pessoas e organizações de seu interesse particular.

Para a composição da mesa, de acordo com a relações-públicas da Câmara de Vereadores, são utilizados alguns critérios, tendo como embasamento maior a normatização do Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência no Brasil. Primeiramente, coloca-se o homenageado da ocasião e representantes de entidades/organizações que tenham relação com ele e com seu trabalho. Observou-se também, durante a participação nas Sessões Solenes, que autoridades de segurança pública e autoridades militares sempre estão presentes na Mesa de Honra, por exemplo. Isso ocorre, de acordo com a relações-públicas da Câmara, em razão da baixa participação do público e de autoridades nas Sessões Solenes. Assim, autoridades de segurança pública e autoridades militares, presentes em todos os eventos observados, acabam

¹¹ Conforme informado pela relações-públicas da Câmara de Vereadores, o vereador responsável pela apresentação dos agraciados com Comendas, Medalhas e Premiações é escolhido em votação, anterior à Sessão Solene, realizada pelos próprios integrantes do Legislativo. Normalmente, a escolha se dá pela proximidade do vereador com o agraciado ou com a temática da honraria em questão.

participando da composição da Mesa de Honra por serem autoridades de alto escalão no município e de maior hierarquia dentre as que usualmente comparecem às Sessões. Além disso, são geralmente excluídas da composição da Mesa de Honra autoridades que pertencem a mesma representação ou que estejam no mesmo nível de hierarquia. Como exemplo, a relações-públicas da Câmara cita o Lions Clube e o Rotary Club, segundo ela, sempre presentes nas solenidades, mas que não compõem a mesa para que não haja nenhum tipo de priorização ou favorecimento de qualquer uma das entidades.

Em relação à importância dada pelos vereadores às Sessões Solenes de homenagens, a relações-públicas da Câmara, durante a entrevista, afirmou ser uma importância regular, pois os parlamentares não conferem uma ênfase muito grande a estes tipos de evento. O maior envolvimento dos vereadores, segundo ela, ocorre no momento de escolha do representante pela apresentação dos agraciados nas Sessões e na construção deste discurso. A relações-públicas ressalta ainda que não há nenhum envolvimento dos vereadores com a divulgação, expedição de convites e outros aspectos da organização das Sessões, sendo que alguns demonstram interesse de conhecer o agraciado antes do dia do evento, o que varia de acordo com o próprio interesse do vereador e com o incentivo por parte de sua assessoria. Consideramos, assim, que estes agentes políticos ainda não possuem a percepção do potencial comunicativo e aproximativo das Sessões Solenes. A pouca importância dada pelos vereadores ao cerimonial demonstra o que Bourdieu (2011) fala a respeito do poder simbólico, que não é percebido, nem por aqueles que o estão sujeitos, nem por aqueles que o exercem.

Outro ponto observado e que ocorreu em todas as Sessões Solenes foi o fato de que os vereadores ficam em pé, conversando enquanto a Sessão não tem o seu início anunciado pelo mestre de cerimônias. Quando este cumprimenta os presentes, dando início ao evento, tem de esperar para que os vereadores e demais autoridades em pé retomem aos seus lugares, o que chama atenção e dá visibilidade a estes indivíduos. Em apenas um evento, os vereadores já ocupavam seus lugares quando o mestre de cerimônias iniciou a Sessão. Mesmo assim, ele teve de esperar algumas autoridades que ainda encontravam-se em pé, conversando, no corredor do plenário.

Quase todas as Sessões observadas iniciaram com alguns minutos de atraso. O caso mais extremo, com um atraso de 30 minutos, ocorreu em razão do prolongamento da Sessão Ordinária, que ocorre todas às terças e quintas-feiras, em horário anterior à Sessão Solene. Mesmo assim, em todos os dias de observação, a Sessão Ordinária teve seu encerramento muito próximo às 19h, horário em que sempre são agendadas as Sessões Solenes. Tomamos como interpretação que tais atrasos das Sessões Ordinárias aconteçam de propósito por parte

dos vereadores, já que é comum que, nestas Sessões, não haja presença de público, diferente das Sessões Solenes, que recebem um público maior, em grande parte composto por autoridades. Sendo assim, com o atraso das Sessões Ordinárias, os vereadores se beneficiam, pois tem a oportunidade de se colocarem visíveis e exporem seus pontos de vista a um número maior de pessoas. Em quase todas as Sessões Solenes observadas, os vereadores também aproveitam a presença do público para cumprimentar, pessoalmente, todos os espectadores que ali estão. Conforme a relações-públicas da Câmara, o vereador eleito para, na Sessão Solene, apresentar a honraria e o agraciado, também aproveita esta oportunidade para fazer a recepção dos convidados, em nome da Casa.

A análise da visibilidade midiática dos eventos levou em conta o pré-evento, com o envio de *releases*, e o pós-evento, em que foi utilizada a técnica de *clipping*. Na entrevista realizada, a relações-públicas da Câmara Municipal de Vereadores informou que são expedidos convites, pela Assessoria de Comunicação, de todas as Sessões Solenes promovidas pela Casa para a imprensa local. Além disso, a Assessoria de Imprensa da Câmara também redige e envia, por e-mail, *releases* para os veículos de imprensa externa, antes e depois do evento. Esse trabalho é uma tentativa de obtenção de visibilidade midiática por parte do órgão para suas Sessões Solenes. Como disse Rodrigues (1997), os campos sociais buscam no campo dos *media* a visibilidade para legitimarem seus discursos e suas ações.

Com a intenção de criar outros meios de divulgação das Sessões Solenes, a relações-públicas da Câmara também informou que são utilizados canais de comunicação próprios da Casa, como as redes sociais (*fanpage* e Twitter), o site e o e-mail. No caso do e-mail, as mesmas autoridades e personalidades que receberam o convite na versão impressa, também têm acesso à sua versão digital pelo envio realizado pela Assessoria de Comunicação da Câmara.



Figura 7: Divulgação da Sessão de entrega da Medalha do Mérito Farroupilha na *fanpage* da Câmara de Vereadores. Fonte: *Fanpage* da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria

Na técnica de *clipping*, percebeu-se que, como também informado pela relações-públicas da Câmara de Vereadores na entrevista, as Sessões Solenes da Casa não costumam obter divulgação pelos veículos de imprensa. Segundo ela, essa divulgação depende muito da personalidade ou instituição que está sendo homenageada e do impacto que ela tem na sociedade.

Quando questionada sobre os eventos do Poder Legislativo Municipal que usualmente obtêm maior visibilidade na imprensa, a relações-públicas da Câmara cita as solenidades de entrega dos títulos de Benemerência, que ocorrem anualmente no mês de maio, durante as comemorações da Semana da Câmara. Segundo ela, estes títulos são concedidos à pessoas importantes para o município, que realizaram um trabalho relevante em Santa Maria, dentro das suas áreas de atuação ou para a sociedade em geral. Por isso, as próprias personalidades agregam público e visibilidade midiática para as Sessões.

O *clipping* foi realizado com abrangência de uma semana antes e uma semana após a data do evento, totalizando 15 dias de monitoramento para cada Sessão. O maior número de divulgações ocorre no próprio site da Câmara de Vereadores e na sua página no Facebook, além dos blogs e páginas próprias dos vereadores da Casa. Além destas divulgações, o que ocorre é uma visibilidade proporcionada pelos veículos de comunicação das instituições

envolvidas com cada uma das Sessões, como, por exemplo, os canais de comunicação institucionais da UFSM (TV Campus, Portal UFSM e página no Facebook do Gabinete do Reitor) que divulgaram o recebimento da Comenda Dr. José Mariano da Rocha Filho pela instituição, o blog da 13ª Região Tradicionalista e do Lions Clube Santa Maria Itararé, que divulgaram suas participações, respectivamente, na entrega da Medalha do Mérito Farroupilha e da Comenda Dr. Flávio Cassol, e a Prefeitura Municipal de Santa Maria, que publicou em seu site a entrega da Medalha do Mérito Farroupilha, uma vez que o agraciado com a honraria atua como cerimonialista da instituição. Apenas uma das Sessões Solenes (entrega da Medalha do Mérito Farroupilha) obteve espaço em um jornal impresso diário, com circulação em Santa Maria, demonstrando o pouco interesse dos veículos de imprensa nestes eventos.

Para a análise da categoria “Quebra de Protocolo” procuramos realizar a observação das Sessões Solenes com o cerimonial do evento em mãos, de modo a perceber em que momento ocorriam as quebras e a quem favoreciam. De modo geral, não houve grandes quebras de protocolo nas cerimônias analisadas para esta pesquisa, mostrando que não há uma “deslegitimação” das normas de cerimonial, como pressuposto anteriormente. O único fato recorrente é a mudança na fala prevista para a abertura da Sessão pelo Presidente da Câmara de Vereadores. Em todas as Sessões a que presidiu, o vereador modificou ou não fez uso do que constava para sua fala inicial no cerimonial. Nestes casos, ele mudou o previsto para fazer agradecimentos às autoridades, instituições, vereadores e público presente, muitas vezes nomeando as pessoas/instituições a quem agradece.

De acordo com a relações-públicas da Câmara de Vereadores, a quebra de protocolo não é, de fato, recorrente nas Sessões Solenes, sendo que essa questão depende muito de como o Presidente em exercício na Casa conduz os eventos. Conforme seu relato, a cada posse da nova Mesa Diretora, é realizada uma reunião com a Assessoria de Comunicação para que se possa explicar a dinâmica de trabalho.

Por fim, na categoria “Interesse público x Interesse privado”, buscamos notar se as Sessões Solenes observadas são utilizadas para a autopromoção dos vereadores e autoridades envolvidas ou para temas de interesse público. Procurou-se perceber os conceitos desenvolvidos por Luiz Martins Silva (2009), de “publicidade do poder” e “poder da publicidade”, entendendo a publicidade com sinônima de visibilidade. Enquanto a “publicidade do poder” está a serviço do poder político estabelecido, o “poder da publicidade” remete ao interesse público garantido pelo Estado acima de qualquer interesse privado dos agentes políticos.

Nesse sentido, observou-se que o interesse público pode prevalecer em uma Sessão Solene de entrega de honraria, mesmo que nestas situações a Câmara de Vereadores esteja homenageando apenas uma personalidade e/ou instituição específica. Para tanto, entram em jogo alguns aspectos do cerimonial, como a forma de apresentação da honraria, a maneira como o vereador escolhido apresenta o(a) homenageado(a), a abordagem que o próprio homenageado(a) utiliza para falar de si/ou de seu trabalho, dentre outros. Nesse sentido, Mafra (2006) já falava sobre a organização estratégica dos elementos para a obtenção de visibilidade. O que estará em destaque depende, em grande parte, da composição da cerimônia, que irá deixar visível aquilo que se *deseja* mostrar e invisível o que *não se deseja* mostrar (MAFRA, 2006).

Nas Sessões Solenes observadas pode-se perceber ambos os tipos de foco: interesse público e interesse privado. Constatou-se que, quando o foco está sobre a pessoa do(a) homenageado(a), sua carreira, história de vida, feitos e conquistas, o interesse privado está muito acima do interesse público. O interesse público prevalece sobre o interesse privado quando o que está em visibilidade é o trabalho do(a) homenageado(a), suas contribuições para a sociedade e as transformações positivas que seu trabalho trouxe para o bem comum. Como exemplo, temos uma Sessão Solene em que o projeto social desenvolvido pelo homenageado ficou muito mais em foco do que sua própria pessoa, tanto na apresentação realizada pelo vereador que representou a Câmara naquela noite, quando na própria fala do homenageado, que estendeu o reconhecimento também para o restante da equipe do projeto, presente no Plenário. Neste caso em específico, ficou muito claro no cerimonial que o homenageado estava recebendo a Comenda pelos resultados que o seu trabalho trouxe para a sociedade de Santa Maria, e não por qualquer outro motivo pessoal.

Outros exemplos em que se sobressai o interesse público puderam ser observados na Sessão Solene de entrega da Comenda Zumbi dos Palmares. Na ocasião, ambos os agraciados com a Comenda utilizaram seus espaços de fala para discorrer sobre questões relacionadas a cultura afrodescendente e ao movimento negro. Enquanto a primeira agraciada falou sobre a importância da inserção de conteúdos sobre cultura afrodescendente no currículo de escolas públicas e privadas, em nível básico e médio, o segundo agraciado atentou para a relevância da capoeira dentro desta mesma cultura, sua história, significado e seu papel em ações de responsabilidade social. Por isso, em casos como este, o interesse público se sobressai.

Além disto, as Sessões Solenes observadas foram eventos que serviram para levantar temas de interesse público não relacionados diretamente com as honrarias que estavam sendo entregues. Isso se deve a utilização das cores amarelo (em setembro), rosa (outubro) e azul

(novembro) na decoração do plenário. As cores simbolizam, respectivamente, o mês de prevenção ao suicídio, ao câncer de mama e ao câncer de próstata. Mesmo que estes temas não tenham sido contemplados pela fala dos vereadores e/ou homenageados ou pelo cerimonial do evento, eles estavam sendo levantados, simbolicamente, por meio da utilização das cores e da decoração, que também servem para comunicar sentidos.



Figura 8: Cores utilizadas na decoração do Plenário. Da esquerda para a direita: Sessão de entrega da Medalha do Mérito Farroupilha, Sessão da Comenda Mariano da Rocha e Prêmio Paulo Freire e Sessão da Comenda Zumbi dos Palmares e Certificado Chico Xavier. Fonte: Assessoria de Comunicação da Câmara de Vereadores.

Conforme informado na entrevista, a relações-públicas da Câmara de Vereadores também concorda que o interesse público pode estar refletido nas Sessões Solenes, dependendo de cada temática. Segundo ela, o que ocorre é uma apropriação, pela Câmara, de datas comemorativas (datas do município e ocasiões especiais, como o Novembro Azul, por exemplo) para trabalhar e informar a comunidade daquilo que se deseja, dos conceitos e posicionamentos da Casa.

Outra questão central desta pesquisa foi refletir acerca do cerimonial como estratégia de comunicação, em sua capacidade de comunicar e construir sentidos (KEGLER, 2011) e de aproximar a organização de seus públicos (BARBOSA, 2009). Consideramos que o cerimonial é estratégico quando orientado para atingir objetivos previamente estabelecidos, organizado a partir de uma leitura de cenários (BUENO, 2009) e que esteja alinhado com os objetivos e estratégias globais da organização. Quando questionada sobre o cerimonial como uma estratégia de comunicação, a relações-públicas da Câmara afirma que, por parte da maioria dos vereadores, ainda não há uma clara percepção a respeito da importância e das oportunidades proporcionadas pelo cerimonial. Para ela, as Sessões Solenes deveriam ser mais bem trabalhadas pelos agentes políticos, pois são momentos de aproximação com determinados nichos da sociedade, inclusive politicamente. A importância dada pelos agentes políticos para estas cerimônias varia de acordo com o entendimento de cada vereador, até mesmo do trabalho desempenhado por sua assessoria, sendo que alguns entendem esta oportunidade como grandiosa, outros nem tanto, de acordo com o relatado na entrevista.

Com esta análise, pode-se ter uma visão prática de como os conceitos de cerimonial, poder simbólico e visibilidade estão imbricados em eventos como as Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria. Constatou-se, de modo geral, que o poder simbólico não é exercido apenas nas quebras de protocolo – como cogitou-se anteriormente – mas também em uma série de outros momentos e elementos do cerimonial.

Nesse sentido, os profissionais de Relações Públicas, ao trabalharem com cerimonial e protocolo, devem levar em conta todos estes elementos envolvidos (visibilidade, disputas de poder etc.) passando a conceber o cerimonial além da técnica. A partir da análise, pode-se dizer que o próprio profissional que trabalha com cerimonial também é detentor de um poder, por ser o responsável por organizar e distribuir todos estes elementos. Muitas vezes, este profissional estará preso às normas e legislações que regem o cerimonial, no caso das instituições públicas, mas pode trabalhar justamente as questões subjetivas em jogo, de maneira estratégica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo principal de analisar como o cerimonial legislativo municipal, nas Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria, pode ser permeado pela busca e pelo exercício de visibilidade e poder simbólico, podendo ser pensado como uma estratégia de comunicação.

Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de poder simbólico (BOURDIEU, 2011) e visibilidade (THOMPSON, 2011; BARICHELLO, 2004; MAFRA, 2006). Buscamos compreender, também, o conceito e histórico do cerimonial, de forma geral e especificamente no âmbito do poder Legislativo, além do caráter social e comunicativo do cerimonial, a partir das reflexões propostas por Kegler (2011). A relação entre os três conceitos – poder simbólico, visibilidade e cerimonial – constituiu o postulado teórico fundamental desta pesquisa.

Como objeto de estudo, elegemos as Sessões Solenes de homenagens promovidas pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Entre os meses de setembro, outubro e novembro, participamos de um total de cinco Sessões, todas elas com entrega de Medalhas, Prêmios e/ou Comendas. A metodologia utilizada foi a triangulação de dados (GOLDENBERG, 2007), com a combinação de três diferentes técnicas para a análise do mesmo problema, sendo elas: pesquisa documental/bibliográfica, observação e entrevista. Para a análise crítico-interpretativa, definimos seis categorias temáticas, que possibilitaram a melhor organização das nossas constatações.

Pudemos perceber como o cerimonial vai além de questões técnicas, sendo permeado por um conjunto de elementos que constituem seu potencial comunicativo e de construção de sentidos. Além disso, o cerimonial também envolve questões de ego, vaidades, poder e busca por visibilidade que o tornam um meio de legitimação de personalidades, instituições, elementos e/ou ações.

Partiu-se do pressuposto que o cerimonial é uma plataforma de visibilidade e busca pelo poder simbólico e que tal poder poderia ser exercido justamente nas “quebras” de protocolo, quando elementos ganham visibilidade em detrimento de outros, que permanecem invisíveis. Porém, com a análise das Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria, pode-se perceber que o poder simbólico no cerimonial vai muito além das quebras de protocolo, envolvendo uma série de elementos subjetivos, como a disposição e formato do mobiliário, a iluminação do auditório, as vestimentas, os gestos, dentre outros.

Em relação a visibilidade, pudemos constatar o que já havia sido apontado na revisão teórica, de que atualmente a visibilidade, nos eventos, é uma combinação de publicidade de coopresença com publicidade mediada (THOMPSON, 2011). Isso ocorre em razão da centralidade dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, que permitem a expansão da visibilidade, tanto no tempo como no espaço. As Sessões Solenes da Câmara de Vereadores de Santa Maria são transmitidas, ao vivo, pela emissora de TV institucional da Casa (TV Câmara) e amplamente divulgadas pela internet, tanto pelos canais de comunicação institucionais da Câmara quanto por indivíduos e organizações participantes, que produzem seu próprio conteúdo acerca do assunto, publicando posteriormente em suas páginas próprias/pessoais.

A pesquisa também demonstra como o espaço de fala, no cerimonial, além de colocar indivíduos e organizações em visibilidade, também é uma forma de poder simbólico, pois permite que estes construam o sentido à sua maneira, colocando em visibilidade aquilo e a quem desejam. Enquanto alguns indivíduos utilizaram seu espaço para dar visibilidade a si mesmos e aos seus méritos, outros destacaram pessoas que foram importantes para a conquista em questão.

Outra constatação importante foi como o interesse público pode estar presente em Sessões Solenes de homenagem. Apesar de que apenas uma personalidade ou organização está sendo homenageada, o interesse público é trazido à tona quando o que recebe mais destaque são as contribuições positivas que o agraciado trouxe e continua trazendo para a sociedade. Além disso, em alguns casos, a própria fala dos agraciados levantou temas de interesse público. Portanto, a prevalência do interesse público dependerá da organização dos elementos do cerimonial, além da abordagem utilizada por quem detêm os espaços de fala.

Além disto, a Câmara de Vereadores utiliza outros elementos e possibilidades para levantar temas de interesse público, como a própria decoração do evento, que nos meses de setembro, outubro e novembro remeteu a campanhas de prevenção ao suicídio, ao câncer de mama e ao câncer de próstata, respectivamente. Isto demonstra como os eventos e os cerimoniais podem ser utilizadas para comunicar os posicionamentos e convicções que a organização deseja passar aos seus públicos.

Sendo assim, acreditamos na importância de que o profissional que trabalha com cerimonial leve em consideração todas estas questões, que permitem colocá-lo no patamar de estratégico. Além disso, enfatizamos a relação do trabalho de cerimonial com a prática das Relações Públicas, uma vez que possibilita uma comunicação próxima e direta com os públicos, se apresentando como mais um meio para a construção do relacionamento.

Acreditamos que esta pesquisa foi um dos primeiros passos para uma construção teórica a respeito do cerimonial como estratégia de comunicação no campo das Relações Públicas, mesmo que não tenhamos esgotado as possibilidades de estudo no tema. Outras pesquisas poderão ser realizadas para complementar este estudo, auxiliando na compreensão do cerimonial envolto por elementos simbólicos e subjetivos que são capazes de conferir visibilidade e poder simbólico a determinados indivíduos e/ou instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/institucional/>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

BARBOSA, A. J. **O Poder Legislativo no Brasil**. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/jovemsenador/arquivos/o-poder-legislativo-no-brasil>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

BARBOSA, J. S. **O cerimonial na atividade de Relações Públicas**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/eventosecerimonias/0331.pdf>> Acesso em: 09 de julho de 2015.

BARICHELLO, E. M. R. (org.) **Visibilidade midiática, legitimação e responsabilidade social**: dez estudos sobre as práticas de comunicação na Universidade. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Decreto n.º 70.274, de 9 de março de 1972. Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 mar. 1972. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D70274.htm> Acesso em: 07 de julho de 2015.

BUENO, W. C. **Comunicação empresarial**: políticas e estratégias. São Paulo: Summus, 2009.

CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA. Disponível em: <<http://www.camara-sm.rs.gov.br>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Manual de eventos da Câmara dos Deputados**: um guia para realizadores, gestores de espaços e fornecedores de serviços. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.

_____. **O papel do Poder Legislativo**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-do-poder-legislativo>> Acesso em: 10 de julho de 2015.

CESCA, C. G. G. **Organização de eventos**: manual para planejamento e execução. 5ª ed. São Paulo: Summus, 1997.

CORRÊA, T. **Cerimonial e Protocolo**: guia prático. Florianópolis: Instituto Antônio Corrêa de Jesus, 2010.

FOSSÁ, M. I. T.; KEGLER, J. Q. S. Da sociedade midiática à sociedade midiaticizada: a complexificação da ambiência organizacional. In: DUARTE, E. B.; CASTRO, M. L. D. (org.) **Em torno das mídias**: práticas e ambiências. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 251-269.

FURASTÉ, P. A. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico**: Explicitação das Normas da ABNT. 16 ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2013.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUARESCHI, P. A.; LOPES, M. I. N. Mídia e Política: estratégias para a construção do “capital simbólico” dos políticos. **Revista FAMECOS**: Mídia, Cultura e Tecnologia, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 830-859, setembro-dezembro 2014.

INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO (ILB). **Cerimonial no Ambiente Legislativo**. Brasília: ILB, 2014.

INTERCOM. **Pesquisa**. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=270&Itemid=91> Acesso em: 03 de maio de 2015.

KEGLER, J. Q. S. **Identidade territorial e mediação**: os sentidos identitários acionados pelas festividades da Quarta Colônia/RS. 2011. 351 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural), Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

_____. As dimensões técnica e social da festa como estratégia comunicacional mediada na construção identitária. In: V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, 2013. Santa Maria. **Anais...** Disponível em: <http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/gravity_forms/1-997169d8a192ed05af1de5bcf3ac7daa/2013/09/KEGLER.-Jaqueline.-Festas_estrategia-comunicacional_identidade1.pdf> Acesso em 08 de junho de 2015.

KEGLER, J. Q. S.; BARICHELLO, E. M. M. R. As organizações sociais no espaço mediado: os suportes digitais como meios e estratégias de representação organizacional. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 1-11, jul./dez. 2007.

KRAUSZ, R. R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

LINS, A. E. **Etiqueta, protocolo e cerimonial**. 2. ed. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991.

LOYOLA, M. A. **Pierre Bourdieu**: Entrevistado por Maria Andréa Loyola. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.

LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 1999.

LUZ, O. R. **Cerimonial, protocolo e etiqueta**: Introdução ao Cerimonial do Mercosul – Argentina e Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAFRA, R. Mídia, comunicação estratégica e espaços de visibilidade pública. In: _____. **Entre o espetáculo, a festa e a argumentação**: mídia, comunicação estratégica e mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. In: _____. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 176-216.

MORENO, L. F. As diferentes abordagens do conceito de poder: um estudo comparativo entre Weber, Hannah Arendt, Habermas, Foucault e Bourdieu. In: VI Congresso de

Estudantes de Pós-graduação em Comunicação, 6., 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2013. Disponível em: <http://www.coneco.uff.br/sites/default/files/institucional/as_diferentes_abordagens_do_conceito_de_poder.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2013.

OLIVEIRA, M. **Cerimonial, protocolo e etiqueta**. Curitiba/PR: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (Educação à distância) – Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), 2011.

OLIVEIRA, M. J. C. Poder Legislativo e Comunicação Pública: uma análise sobre a Região Metropolitana de Campinas-SP. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 6, n. 11, p. 31-40, 2005.

PINHEIRO, C. M. S. **Cerimonial e Regras de Protocolos**. Curitiba, PR: IESDE, 2012.

RODRIGUES, A. D. **Estratégias da comunicação**: questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SANTA MARIA. Resolução Legislativa Nº 009, de 28/12/2012. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 28 de dez. de 2012. Disponível em: <http://www.camara-sm.rs.gov.br/arquivos/RESOLUCAO_LEGISLATIVA_No_009.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2015.

SARTOR, B. A. Assessoria de imprensa e visibilidade: a imagem-conceito das organizações no incontrolável domínio da notícia. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 7, n. 14, p. 127-139, jul./dez. 2008.

SCHNEIDER, S. P. **Cerimonial e Protocolo**: organização de solenidades e convívio social. Porto Alegre: Sulina, 1985.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Eventos**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/eventos>> Acesso em: 21 de outubro de 2015.

SENADO FEDERAL. **Manual de organização de eventos do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 2013.

SILVA, D. L. G. **Visibilidade política e produção de imagem pública**: a comunicação do Projeto Pacto pelo Rio Grande – 2006. 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, L. M. Publicidade do poder, poder da publicidade. In: DUARTE, J. (org.) **Comunicação Pública**: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STASIAK, D. **A comunicação organizacional sob a perspectiva da mídiatização social: Novos processos de visibilidade e interação na era da cibercultura.** 2013. 302 f. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. A nova visibilidade. **Matrizes**, São Paulo, n. 2, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124>> Acesso em: 23 de junho de 2015.

WEBER, M. H. Visibilidade e credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, R; CASTRO, M. C. P. (org.) **Mídia, esfera pública e identidades coletivas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

_____. Na comunicação pública, a captura do voto. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 21-42, jul./dez. 2007.

ZANELLA, L. C. **Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de análise das Sessões Solenes

ROTEIRO DE ANÁLISE – CERIMONIAL COMO PODER SIMBÓLICO NA ESFERA LEGISLATIVA

<p>Evento: _____</p> <p>Data: _____</p> <p>Composição da Mesa: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Homenageado(a): _____</p> <p>Tipo de evento (sessão solene, sessão especial...): _____</p> <p>Legislação: _____</p> <p>Objetivo do evento: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
--

1) Houve quebra de protocolo? Se sim, de que tipo? Por quem? Em que momento? Favoreceu a quem?

2) Quais elementos/símbolos de poder puderam ser identificados?

3) O que pode ser percebido em termos de capital simbólico das autoridades presentes no evento?

4) O que pode ser percebido em termos de capital simbólico das INSTITUIÇÕES presentes no evento?

5) Observar gestos, tons de voz, aparências, posicionamentos... São as “deixas simbólicas” (THOMPSON, 2011)

6) Como é a visibilidade do evento? Coopresença + visibilidade midiática? Há veículos de comunicação cobrindo o evento? Público fotografando com câmeras/celulares próprios? Como as autoridades se comportam diante disso?

7) Publicidade do poder ou poder da publicidade: o que mais prevalece? As autoridades e seu interesse particular ou representantes do interesse público?

8) Sobre o cerimonial:

a) Análise do pré-evento (texto, convites, visibilidade etc.)

b) Análise do evento (recepção e cerimônia em si)

c) Análise do pós-evento (visibilidade midiática)

9) Quais os valores, elementos culturais refletidos no evento? Quais elementos são colocados em destaque, em foco?

10) Quais elementos NÃO são colocados em foco e passam despercebidos?

OBSERVAÇÕES GERAIS:

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com a relações-públicas da Câmara de Vereadores de Santa Maria

Data: 16 de novembro de 2015

Entrevistada: Alexandra Ribeiro de Souza Schimanko, Relações Públicas da Câmara de Vereadores de Santa Maria

- 1) Como é realizada a entrega de convites? Pela Câmara, pelos homenageados ou pelos vereadores?
- 2) Esses eventos normalmente têm repercussão na mídia? Pela clippagem que realizei até agora, percebi que não. Releases são enviados antes e depois do evento?
- 3) Além de releases, em que meios e de que forma é dada visibilidade midiática às sessões solenes?
- 4) Nos eventos que observei, em geral, não houve quebra de protocolo. Mas a partir de sua experiência, como você observa essa questão? Ela é recorrente nas Sessões Solenes?
- 5) Quais são os critérios para composição de mesa? Sempre há autoridades de segurança pública na mesa, por exemplo. Por quê?
- 6) A partir de sua experiência, como é a participação dos vereadores nas Sessões Solenes? Qual a importância dada por eles para as homenagens? Eles as julgam importantes e por quais razões? Qual o envolvimento deles antes, durante e depois do evento?
- 7) Quais são os critérios para a escolha dos homenageados?
- 8) O tempo de fala nos discursos é, normalmente, respeitado? Caso não, por quais razões?
- 9) A vestimenta dos vereadores nas Sessões em que tem homenagens é diferente ou seguem o padrão dos demais dias?
- 10) Você percebe se há mudança na conduta dos vereadores nas sessões que tem público no plenário? O que muda?
- 11) Há alguma análise sobre a audiência da TV Câmara nas sessões solenes?
- 12) Agora falando dos eventos mais em geral, em relação à cobertura midiática: quando ela mais ocorre e por quê? Quais acontecimentos do Legislativo tem maior presença de jornalistas externos?

- 13) Você acredita que o cerimonial da Câmara é/pode ser utilizado como uma estratégia de comunicação?
- 14) Você acredita que o interesse público está refletido em eventos como as Sessões Solenes de homenagens, ou há apenas interesse privado/particular?